

Thaís Augusta Máximo
Carlos Eduardo Pimentel
(Organizadores)

PSICOLOGIA SOCIAL E DO TRABALHO: Questões e Desafios Contemporâneos

**PSICOLOGIA SOCIAL
E DO TRABALHO:
Questões e Desafios
Contemporâneos**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ
Vice-Reitor EDUARDO RAMALHO RABENHORST
Diretor do CCHLA MÔNICA NÓBREGA
Vice-Diretor do CCHLA RODRIGO FREIRE DE CARVALHO E SILVA



EDITORA DA UFPB

Diretora IZABEL FRANÇA DE LIMA
Supervisão de Editoração ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JUNIOR
Supervisão de Produção JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

Conselho Editorial CCHLA

- BARTOLOMEU LEITE DA SILVA (Filosofia)
- CARLA LYNN REICHMANN (Línguas Estrangeiras Modernas)
- CARLA MARY DA SILVA OLIVEIRA (História)
- ELIANA VASCONCELOS DA SILVA ESVAEL (Língua Portuguesa e Linguística)
- HERMANO DE FRANÇA RODRIGUES (Literaturas de Língua Portuguesa)
- KARINA CHIANCA VENÂNCIO (Línguas Estrangeiras Modernas)
- LÚCIA FÁTIMA FERNANDES NOBRE (Línguas Estrangeiras Modernas)
- LUZIANA RAMALHO RIBEIRO (Serviço Social)
- MARCELA ZAMBONI LUCENA (Ciências Sociais)
- MARIA PATRÍCIA LOPES GOLDFARB (Ciências Sociais)
- TERESA CRISTINA FURTADO MATOS (Ciências Sociais)
- WILLY PAREDES SOARES (Letras Clássicas)

Thaís Augusta Máximo
Carlos Eduardo Pimentel
(Organizadores)

**PSICOLOGIA SOCIAL
E DO TRABALHO:
Questões e Desafios
Contemporâneos**

**Editora da UFPB
João Pessoa
2016**

Direitos autorais 2015 – Editora da UFPB

Efetuada o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA DA UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

Projeto Gráfico EDITORA DA UFPB
Editoração eletrônica
e design da capa WELLINGTON COSTA OLIVEIRA
Imagem da capa pt.freeimages.com

Catálogo na fonte:

Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

P974 Psicologia social e do trabalho: questões e desafios contemporâneos / Thaís Augusta Máximo, Carlos Eduardo Pimentel, organizadores.- João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

Recurso digital (3,15MB)

Formato: ePDF

Requisito do sistema: Adobe Acrobat Reader

ISBN: 978-85-237-1210-5 (recurso eletrônico)

1. Psicologia social e do trabalho. 2. Trabalho e aposentadoria. 3. CAPS - trabalho - usuários. 4. Trabalho - projeto de vida. I. Máximo, Thaís Augusta. II. Pimentel, Carlos Eduardo.

CDU: 316.6:331

EDITORA DA UFPB

Cidade Universitária, Campus I – s/n
João Pessoa – PB
CEP 58.051-970
<http://www.editora.ufpb.br>
E-mail: editora@ufpb.edu.br
Fone: (83) 3216.7147

Editora filiada à:


Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

SUMÁRIO

PREFÁCIO - <i>Leoncio Camino</i>	6
CAPÍTULO 1 - O discurso psi na prática com jovens institucionalizados - <i>Tâmara Ramalho de Sousa Amorim, Maria de Fatima Pereira Alberto e Manuella Castelo Branco Pessoa</i>	11
CAPÍTULO 2 - Reflexões sobre o preconceito de gênero na atualidade - <i>Iara Maribondo Albuquerque, Hyalle Abreu Viana, Andreza S. Silva Ferreira, Eldo Lima Leite e Ana Raquel Rosas Torres</i>	28
CAPÍTULO 3 - Amo, logo existo: o amor romântico e as implicações à vulnerabilidade ao HIV/Aids - <i>Elís Amanda Atanázio Silva e Ana Alayde Werba Saldanha</i>	40
CAPÍTULO 4 - A Psicologia Ecológica de Roger G. Barker - <i>Carlos Eduardo Pimentel, Zenith Nara Costa Delabrida e Hartmut Günther</i>	56
CAPÍTULO 5 - Trabalho, Aposentadoria e Subjetividade - <i>Anna Karenina, Thaís Augusta Máximo e Jéssika Sonaly</i>	74
CAPÍTULO 6 - Os CAPS e o trabalho dos usuários: desafios a serem enfrentados - <i>Paulo César Zambroni de Souza, Milton Athayde e Anísio José da Silva Araújo</i>	89
CAPÍTULO 7 - Jovens em comunidade de baixa renda e a construção do projeto de vida e trabalho - <i>Maria de Fátima Fernandes Martins Catão, Isadora Ascitti Moura e Ana Caroline Marques de Sousa</i>	113

Prefácio

Leoncio Francisco Camino
Universidade Federal da Paraíba

Na leitura do Livro “**Psicologia Social e do Trabalho: Questões e Desafios Contemporâneos**”, organizado pelos meus jovens colegas Thaís Augusta Máximo e Carlos Eduardo Pimentel, deparei-me com uma surpresa muito agradável: a grande variedade de perspectivas, de temas e de aspectos relacionados ao trabalho que compareciam neste livro.

Devo confessar que nos anos 1960 tive uma formação empirista muito forte, com alguns temperos positivistas. Mas já no início dos 1970, o próprio campo de pesquisa escolhido, a agressão humana, levou-me a revisar meus pressupostos epistemológicos. Nesse período criei a convicção de que a perspectiva metodológica não constitui uma posição a priori, outorgante de validade, mas de que a perspectiva e o tema estudado, ambos têm entre si uma relação complexa, dialética. E espero que esta atitude de adequar a perspectiva ao objeto analisado tenha-me acompanhado na minha longa vida acadêmica, principalmente se consideramos que em nosso campo de estudo, a Psicologia, os temas tratados são complexos e multifacetados.

Mas de fato na Psicologia (particularmente no Brasil) as perspectivas metodológicas utilizadas não são consequências do processo de pesquisa, mas de posições ideológicas e/ou atitudinais prévias. Neste sentido as perspectivas delimitam campos, separam estudos, servem de base à formação de grupos. Se de alguma maneira, poderia se esperar do positivismo certa tendência à rigidez dado que seu método se constitui, por princípio, como o único caminho para a verdade, surpreende

constatar que aquelas perspectivas que preconizam uma ruptura epistemológica com a metodologia tradicional, terminem por investir seus novos caminhos dos mesmos tintes absolutistas observados no método tradicional.

Esta reflexão sobre a diversidade de perspectivas aplica-se principalmente ao tema aqui tratado, o trabalho, aspecto fundamental do ser humano e por isso mesmo carregado de uma complexidade enorme. Por isso os organizadores deste livro estão certamente de parabéns por terem integrado diversas tendências que vão da abordagem naturalista da Psicologia Ambiental (Capítulo 4) às tendências construtivistas inerentes a análise do discurso (Capítulos 1 e 7), passando pelos conceitos clássicos da Psicologia Social, como a Identidade (Capítulo 3).

Mas não deve confundir-se a reunião de uma diversidade de perspectivas com uma coletânea de assuntos díspares. Trata-se aqui de uma tentativa de mostrar ao leitor a complexidade do tema e de impeli-lo a refletir sobre a integração das diversas perspectivas. Assim, os autores do Capítulo 4, Pimentel, Delabrida e Günther, enfatizam a importância do ambiente físico (natural ou construído) na modelação do comportamento na situação do trabalho, mas reconhecem que o ambiente material possui significados simbólicos e normas explícitas e implícitas. Por outro lado Amorim, Pereira e Pessoa (no Capítulo 1) e Catão, Moura e Sousa (no Capítulo 7) utilizam a Análise do Discurso para entender a construção de significados nas atividades laborais, mas enfatizam os contextos onde estes discursos se produzem, contextos que tanto possuem características materiais quanto simbólicas.

É evidente que as ênfases dadas, seja aos aspetos materiais, seja aos aspectos simbólicos, são diferentes nas duas perspectivas mencionadas acima. Mas se pode pensar que a importância destes fatores na determinação do

trabalho depende também de outras circunstâncias, como por exemplo, o processo de desenvolvimento da humanidade. Considerando que o trabalho expressa as diversas formas que a produção da subsistência foi tomando na história, etnólogos e antropólogos coincidem em afirmar que o ambiente natural desempenhou papel determinante no processo de hominização, particularmente a passagem das florestas às savanas africanas com o aperfeiçoamento da postura ereta. E foi esta nova postura que construirá uma organização espacial do mundo diferente da anterior e que levou à construção de instrumentos que facilitaram as atividades de colheita e caça.

Evidentemente, no mundo contemporâneo os aspectos simbólicos podem parecer que desempenham um papel decisivo, mas se se considera que os avanços tecnológicos constituem, num certo sentido, nosso mundo natural atual, teremos de admitir que esta materialidade tecnológica está transformando a vida e, por conseguinte, o trabalho, dos seres humanos de uma maneira radical. Existe, pois uma relação intrínseca muito importante entre os aspectos materiais e os aspectos simbólicos no desenvolvimento das atividades laborais.

O livro não só nos oferece uma variedade de perspectivas, mas também análises do trabalho em diferentes contextos. É muito interessante o contraste de situações que nos é oferecido nos capítulos 5, 6 e 7. No capítulo 7, Catão, Moura e Sousa partem da observação de que para jovens de baixa renda e precariedade na inserção laboral, os sentidos do trabalho podem ser situados entre dois eixos bipolares: um deles onde se expressa a oposição entre o sentido da subsistência material vs. o significado de realização pessoal; e outro que situa a oposição entre trabalhar num mundo difícil vs. a possibilidade de mudá-lo. Não estranha ver que estes autores constatem que os jovens observados consideram o trabalho principalmente como uma luta de

subsistência material que se desenvolve num mundo difícil. Pelo contrário, no capítulo 5, e usando um método diferente de análise do discurso, Lima, Máximo e Barbosa ao estudar o sentido do trabalho em professores universitários ainda na ativa, mas com condições de se aposentar, constatam que neste contexto o significado do trabalho está mais relacionado com a realização pessoal que com a subsistência material. Já os colegas Zambroni de Souza, Athayde e Silva Araújo no Capítulo 6, analisam o paradoxo que se cria nos usuários dos CAPS, que se por um lado são julgados incapazes de trabalhar, por outro lado, tanto precisam trabalhar para subsistir, como lhes é aconselhado o trabalho como atividade terapêutica. E estes autores observam que para os usuários dos CAPS o trabalho representa tanto a necessidade de manter a subsistência material como a possibilidade de se realizar pessoalmente, principalmente quando utilizam uma série de recursos criativos frente às dificuldades concretas que enfrentam. Este último estudo mostra também a indissociabilidade entre expressão (significado) e produção de subsistência (materialidade). Estes três estudos, que utilizam técnicas diferentes de análise dos discursos, mostram, em seu conjunto, a relação estreita entre contextos sociais específicos onde se desenvolve o trabalho e os diversos significados atribuídos a este.

Por último, alguns estudos deste livro, na boa tradição da Psicologia Social proposta por Wundt, para quem a análise do mito é essencial na compreensão das sociedades, nos mostram as consequências sérias da permanência em nossas sociedades de certos mitos como o da família, o da feminilidade e o do amor romântico. Assim, no capítulo 1 os autores Amorim, Pereira Alberto e Pessoa mostram como o mito da família, que constrói uma única possível estrutura (pai, mãe e filhos), que naturaliza as relações entre estas personagens e que a coloca como núcleo

fundamental da Sociedade, serve para justificar a incapacidade da Sociedade de tratar corretamente o problema dos jovens institucionalizados. É impressionante o papel de nossa “ciência” psicológica (ciência entre aspas mesmo) na manutenção do mito edipiano. E como esse mito nos faz esquecer Wall Street, esse sim núcleo fundamental de nossa sociedade. É impressionante também a força com que o mito do eterno feminino influencia ainda os diversos significados que se atribui ao trabalho em função da diferença de gênero, influência que nos é mostrada pelos autores Albuquerque, Viana, Ferreira, Leite e Torres no Capítulo 2. E “*last but not least*” constatamos, na leitura do capítulo 3 de Silva e Saldanha, que a eterna crença no amor romântico, unilateralmente assumida pelas mulheres, leva estas a serem vulneráveis aos perigos do contágio de doenças sexualmente transmissíveis e de gravidez não desejada.

Trata-se, pois, de um excelente livro de Psicologia Social do Trabalho o qual certamente tanto servirá de estímulo aos já conhecedores do tema para avançar nas suas reflexões, como ajudará pela sua diversidade de perspectivas, temas e métodos utilizados a introduzir novos interessados neste campo de estudo tão importante como é o trabalho humano. Obrigado, pois caros colegas Thaís e Carlos Eduardo pela oportunidade que me deram de ler este livro em primeira mão.

CAPÍTULO 1

O discurso psi na prática com jovens institucionalizados

Tâmara Ramalho de Sousa Amorim
Maria de Fatima Pereira Alberto
Manuella Castelo Branco Pessoa

O objetivo deste capítulo é identificar os discursos psi na prática com ex-internos e educandos das instituições Pindobal e Centro Educacional do Adolescente – CEA, respectivamente, atentando para as mudanças e permanências. A instituição Pindobal foi inaugurada no ano de 1930 e, segundo seu decreto de regulamentação, tinha a finalidade de receber “menores delinquentes e abandonados”. Já o CEA foi criado em 1990 e trata-se de uma unidade de cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade.

As referidas instituições têm sido, ao longo da história, na Paraíba, responsáveis por receber os jovens abandonados ou que cometeram ato infracional. Este último está definido no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA como sendo a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Essa denominação passa a vigorar no Brasil democrático a partir de 1990, com a criação do ECA, sob a égide da doutrina da proteção integral. Anterior ao Estatuto vigorava a doutrina da situação irregular do Código de Menores de 1927, o qual definia delinquência o fato qualificado crime ou contravenção. O ECA modificou a terminologia, a definição, as responsabilidades dos jovens e do Estado. Juntamente com o Estatuto da Juventude, o ECA reconfigurou o debate sobre juventude.

Juventude, neste estudo, é entendida como uma condição social, um momento de mudanças, de construção de si enquanto sujeito social, que vai além das questões físicas, biológicas e etárias (Dayrell, 2003). Com a expressão “jovens institucionalizados” faz-se referência a jovens que passaram/estão passando parte de sua juventude (ou até a juventude inteira) em instituições com características disciplinares (Foucault, 1984/2011).

Nessas instituições, identifica-se a presença de uma equipe de profissionais exercendo práticas e emitindo discursos psi, mesmo quando a equipe não contava/conta com profissionais de psicologia. Discursos psi remetem aos discursos ou ideias psicológicas que, mesmo não se intitulando como psicológicos, respondem a esse campo de saber. São práticas que começaram a ter espaço no Brasil entre o século XIX e o início do XX, ainda que a psicologia não fosse reconhecida como disciplina científica autônoma (Massini, 2008).

Diante do exposto, questiona-se: quais as mudanças e permanências entre os discursos psi de Pindobal ao CEA? De acordo com a literatura, os saberes psi funcionaram historicamente como ponto de apoio para técnicas de gestão e controle dos conflitos sociais. Com seu instrumental, a Psicologia produziu saberes sobre os jovens que auxiliaram no esquadrinhamento e classificação de suas condutas (Paiva & Cruz, 2014; Gomes & Nascimento, 2003).

Com essa produção de saberes sobre os indivíduos, a partir da observação deles, do registro e análise de seus comportamentos, constitui-se um saber, e um poder, técnico e clínico. Os indivíduos sobre os quais se exerce o poder, então, se tornam objetos de um saber que possibilitará novas formas de controle (Foucault, 1984/2011).

Nesse sentido, o presente texto tratará, inicialmente, do caráter legitimador dos saberes psi, considerando-se relevante a compreensão dos estudos de Foucault sobre saber/poder. Em seguida, o capítulo apresentará os aspectos metodológicos da pesquisa desenvolvida, os resultados e a discussão com os autores.

O CARÁTER LEGITIMADOR DOS SABERES PSI

A presença das chamadas ideias psicológicas é identificada no Brasil desde o período colonial. Entretanto, é no século XIX, após o surgimento das instituições escolares, que há o processo de transformação das ideias psicológicas em um saber institucional. A “psychologia” aparece como parte de disciplinas em diferentes áreas do saber, como filosofia, direito, medicina e pedagogia. Assim, a psicologia começa a ocupar um espaço próprio enquanto campo de conhecimento e práticas, mesmo não sendo ainda uma disciplina científica autônoma (Massimi, 2008).

Ao longo de sua história no Brasil, os saberes psi serviram a demandas de determinados contextos. No século XIX, os saberes psi serviram à busca da higienização moral. Os higienistas aplicaram seus esforços à criança e à família, esquadrinhando-as, preocupados em prevenir indivíduos perigosos que teriam sua origem naturalizada na pobreza (Lobo, 2003).

A concepção de prevenção produz uma subjetividade segundo a qual o controle íntimo da família é o que garantirá a ordem social, daí a construção de discursos legitimadores sobre família, para a qual os saberes psi também serviram. Segundo Scheinvar (2006), na modernidade as famílias são convocadas

legalmente para responder por qualquer movimento tido como fora dos padrões de normalidade instituídos.

Assim, há uma naturalização da institucionalização de um modelo hegemônico de família, que opera por meio da discriminação de outras relações familiares e de classificações limitadas como a de “família desestruturada” (Rodrigues, Henninguem & Cruz, 2013).

Outro contexto que demandou saberes psi foi o período da industrialização em que a psicologia colaborou na diferenciação e seleção de trabalhadores adequados para as empresas. Na educação, o movimento da Escola Nova requereu conhecimentos da psicologia do desenvolvimento (Bock, 2009), contexto em que foi consolidada uma perspectiva desenvolvimentista.

Nessa perspectiva ganham espaço as concepções baseadas nos fatores internos e individuais – é o caso das teorias sobre a adolescência que a associam a uma fase conturbada e difícil, legitimando características vistas como típicas do adolescente, como irresponsabilidade e instabilidade. Esses aspectos são explicados como enraizados nas mudanças biológicas e não como produzidos socialmente (González & Guareschi, 2009) – isso também ocorre com as concepções sobre família.

As concepções naturalizantes apontadas acima podem ser identificadas na prática do psicólogo a partir de dados de pesquisas sobre a atuação da psicologia no sistema punitivo (Batista, 2003; Rauter, 2003). Nos laudos produzidos, encontraram-se visões deterministas e patologização dos arranjos familiares.

Portanto, pensando nos discursos psi produzidos na prática com jovens institucionalizados, objeto deste capítulo, e considerando que, como afirmam Paiva e Cruz (2014), é com base nos relatórios dos profissionais da equipe técnica, entre eles os de psicologia, que muitos juízes determinam a continuidade

ou não do processo de responsabilização, é importante atentar para o lugar de saber/poder da equipe técnica na instituição.

O SABER/PODER PSI EM FOUCAULT

O lugar de saber/poder psi tem origem no contexto da sociedade disciplinar, estudada por Foucault, que teve início no século XIX. Nessa sociedade, a legislação penal vai procurar se ajustar ao indivíduo e o foco passa a ser sobre o controle do que os indivíduos estão sujeitos a fazer, mais do que sobre o que eles fizeram.

Dessa maneira, a principal noção da criminologia em fins do século XIX foi a de periculosidade, a qual “significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não de seus atos; não ao nível de suas infrações efetivas a uma lei também efetiva, mas das virtualidades do comportamento que elas representam” (Foucault, 1984/2011, p. 85).

Para o controle das virtualidades, os teóricos da reforma do sistema penal passaram a defender a criação de poderes laterais além do judiciário, de toda uma rede de instituições de vigilância e correção, as chamadas instituições disciplinares. Suas funções eram o controle do tempo, o controle dos corpos e a instalação de um poder polimorfo, ou seja, um poder desmembrado em caracteres econômicos, políticos, judiciários e epistemológicos (Foucault, 1984/2011).

Os saberes psi localizam-se no poder epistemológico. Os indivíduos sobre os quais se exerce o poder, então, se tornam objetos de um saber que possibilitará novas formas de controle. A prática para o estabelecimento da verdade deixa de ser o inquérito, dando lugar ao exame. Não se trata mais de

reconstituir um acontecimento, mas de efetuar uma vigilância permanente sobre as pessoas por parte de alguém que tem sobre elas um poder (Foucault, 1984/2011).

Os que exercem esse poder através da vigilância podem também constituir sobre os que são vigiados um saber; um saber que se organiza em torno de uma norma, a partir do que se deve ou não fazer. É nesse sentido que Foucault (1975/2010) afirma que a penalidade na sociedade disciplinar compara, diferencia, hierarquiza, normaliza. Esse saber da vigilância, do exame, irá abrir espaço para o surgimento das chamadas ciências humanas.

As ciências humanas, entre elas a psicologia, começarão a produzir um saber normalizador e classificador, que procurará em aspectos individuais e da personalidade do infrator a justificativa para os delitos por ele cometidos. Na sociedade disciplinar, o essencial da pena passa a ser, então, corrigir, reeducar; o castigo não deveria mais ser direcionado ao corpo, mas à alma, às vontades (Foucault, 1975/2010).

Diante do exposto, e voltando ao objeto deste estudo, cabe questionarmos o lugar dos saberes psi e, mais especificamente, da psicologia, na prática com jovens institucionalizados. Esse lugar deve ser o de profissionais aliados das instâncias jurídicas, cujo papel se restringe a subsidiar as decisões do juiz, ou profissionais que precisam colocar-se mais à escuta dos adolescentes para construir com eles possibilidades de resignificação da prática infracional e de suas existências? (Silva & Hüning, 2013, p. 157)

A atuação dos profissionais nas duas instituições também cabe ser contextualizada no formato que ambas tiveram e nas normativas jurídicas que lhes deram forma. No contexto de Pindobal, embasado no Código de Menores, o jovem que cometia um ato qualificado como crime era enviado a estabelecimento

para menores de idade, ou, na falta deste, para uma prisão comum com separação dos adultos. Enquanto no contexto do CEA, com base no Estatuto, o jovem é responsabilizado por meio do cumprimento de medidas socioeducativas. São elas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; e internação em estabelecimento educacional.

Para regulamentar a execução das medidas socioeducativas, foi sancionada no ano de 2012 a Lei Nº 12.594 que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), um conjunto de princípios, regras e critérios que norteiam a execução das medidas socioeducativas. Diante disso, se indaga: quais os discursos psi em Pindobal e no CEA?

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A escolha das instituições Pindobal e CEA para o presente estudo foi feita no sentido de proporcionar uma visão dos discursos psi na prática com jovens institucionalizados no período de vigência do Código de Menores, representado por Pindobal, e do Estatuto da Criança e do Adolescente, representado pelo CEA.

A instituição Pindobal está localizada na zona rural do município de Mamanguape, no estado da Paraíba, e foi inaugurada no ano de 1930. Segundo seu decreto de regulamentação, tinha a finalidade de receber “menores delinquentes e abandonados” para educá-los e proporcionar-lhes os meios para voltarem à sociedade “regenerados”. O CEA foi criado em 1990 e consiste em uma unidade de cumprimento de medida socioeducativa de internação.

Foram entrevistados 07 participantes, sendo 04 ex-profissionais de Pindobal e 03 profissionais do CEA. O número de participantes seguiu o critério de saturação dos dados proposto por Minayo (2010), levando em consideração não apenas a repetição dos conteúdos, mas o fato de estes atenderem aos objetivos da pesquisa.

Os jovens que passaram por Pindobal serão aqui chamados de ex-internos, para utilizar uma denominação pertencente ao Código de Menores. Os profissionais serão chamados de ex-profissionais. Quanto ao CEA, os termos utilizados serão educandos e profissionais, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

As idades dos participantes variaram entre 29 e 64 anos; alguns estavam na instituição há poucos meses, outros trabalharam nela por mais de 30 anos. Em Pindobal, foram entrevistados assistentes sociais, pedagogas e profissionais administrativos, que trabalharam entre 1960 e 1980. Não havia psicólogos na instituição, mas havia uma equipe de profissionais exercendo práticas e emitindo discursos psi. No CEA, foram entrevistados profissionais de psicologia.

Fez-se uso de uma entrevista semiestruturada, cujo roteiro abarca questões sobre atividades desenvolvidas na instituição, perfil dos internos/educandos, percepção do profissional/ex-profissional sobre o que causa o envolvimento de jovens com atos infracionais e o papel da instituição na vida dos internos/educandos.

Foram cumpridos todos os preceitos éticos pertinentes à pesquisa com humanos, conforme a Resolução CNS 196/96, vigente à época da pesquisa. A natureza e os objetivos da pesquisa foram explicados aos participantes, que assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando sua

participação voluntária. Os dados foram gravados, transcritos e submetidos à Análise Crítica do Discurso – ACD.

A ACD (Gregolin, 2006; Nogueira, 2001) tem como influência teórica o movimento crítico social, que é fundamentado nos estudos de Michel Foucault sobre as relações de saber e poder. Nesse tipo de análise os discursos não são vistos apenas como reflexo das entidades e relações sociais, mas como constitutivo delas.

Para analisar os elementos que emergiram das entrevistas, inicialmente foi feita a transcrição do material falado, que se transformou em texto. A partir da leitura desse texto, foi identificada a categoria *Que discursos aparecem?*.

De acordo com Foucault (1969/2012), o discurso é histórico e formado por enunciados para os quais se podem definir condições de existência. Nogueira (2001) afirma que tudo o que dispõe de significado pode sugerir a presença de um ou mais discursos, e como parece não haver nenhum aspecto da vida humana que esteja isento de significado, tudo o que nos rodeia pode ser considerado “textual”.

Na Análise Crítica do Discurso busca-se saber, relativamente a determinados tópicos, quais os discursos disponíveis, como se desdobram e para que servem.

RESULTADOS

A partir de um conjunto de diferentes enunciados presentes nas entrevistas, puderam ser identificados diversos discursos: um discurso de culpabilização da família e do próprio jovem pelo envolvimento nos atos infracionais; um discurso de tutela e vigilância dos ex-internos e educandos; um discurso sobre perfil dos jovens que cometeram atos infracionais; um

discurso da profissão como forma de recuperação; um discurso de uma psicologia que foca no indivíduo.

“O discurso de culpabilização da família e do próprio jovem pelo envolvimento nos atos infracionais” constituiu uma regularidade entre os participantes das duas instituições e pode ser visto nos trechos abaixo:

(...) às vezes filhos de famílias desestruturadas que não tinha condições assim de ficar com eles em casa (...). Porque você sabe, um adolescente quando muda de pensamento, de vida, (...) acompanhado por outros colegas e tudo, aí os pais perde o controle, não todos né, aqueles que for fraco (ex-profissional de Pindobal).

Pra mim, a causa mesmo gira em torno (...) não só da pobreza porque a gente vê quando os pais são realmente juntos (...), mas quando um só fabrica o menino e deixa lá (...) ou então quando o pai é alcoólatra (...) é uma sequência de coisas que mexe com o emocional (...). Mudar a cabeça de uma pessoa que já, desde criança, já vem com aquilo (...) e que a família já é a referência dele, aí se torna difícil (profissional do CEA).

Nesses trechos, percebe-se a presença de um discurso individualizante, que põe a responsabilidade pelos atos infracionais cometidos pelo jovem apenas na família. A utilização das expressões “*família desestruturada*”, “*pai alcoólatra*” e “*aqueles que for fraco*” gera um sentido de classificação de tipos

de famílias e de características pessoais de pais que facilitariam o envolvimento dos filhos em atos infracionais.

Quanto à responsabilização do próprio jovem, esta emergiu nas falas em que foi utilizada a negativa do verbo “querer”, dando uma ideia de que o futuro do jovem, e também seu envolvimento com os atos infracionais, seria fruto apenas de sua escolha e vontade: *“Porque a gente sabe que também tinha muitas (...) mães que dava o apoio e ele não queria, preferia tá na rua, preferia usar a cola dele, tá entendendo?”* (ex-profissional de Pindobal).

Ao falarem sobre as atividades que desenvolviam na instituição, pôde ser identificado, no conjunto de enunciados de alguns profissionais, um “discurso de tutela dos ex-internos e educandos”, com a utilização de palavras derivadas de verbos como “acompanhar” e “observar”. Vejamos:

(...) durante o tempo, assim, que a gente convivia com eles lá, a gente acompanhava, né, o comportamento, enfim, toda vida deles (...) a gente sempre ficava, é, observando e acompanhava o tempo todo (...). Aquilo era tudo anotado (...) e o aluno que se comportasse bem aí a gente levava pra os passeio, entendeu? Os que não se comportassem ficava em casa, não saía (ex-profissional de Pindobal).

(...) A gente faz uma pequena entrevista com eles pra saber o nível deles (...) e depois a gente vai anotando no dia a dia (...) a gente faz todo esse acompanhamento do adolescente que é pra chegar (...) à avaliação que era encaminhada para o juiz, que era não, que é (profissional do CEA).

Dentro do aspecto da tutela, emergiu também um “discurso da vigilância em relação aos educandos”. Vejamos:

Hoje a gente tá com quase o dobro dos adolescentes no mesmo espaço confinado (...) não tem agente pra tirar os adolescentes, não tem agentes pra ficar vigiando eles (...), atendendo também as necessidades deles (...), não tem água em bebedouro nos quartos, então, a água é o agente que leva, o banho, são os agentes que levam ele pra tomar banho no banheiro (profissional do CEA).

A partir desse trecho pode-se perceber que, diante da falta de infraestrutura da instituição que deveria garantir o direito, constitui-se um controle institucional de todo o espaço e de todas as atividades dos jovens que cumprem medida de internação.

Os participantes apresentaram um “discurso do perfil dos jovens que cometeram atos infracionais” como sendo provenientes das classes baixas; os ex-profissionais disseram, por exemplo, que as crianças e jovens iam para Pindobal devido a causas como abandono e pobreza.

No discurso do perfil, alguns participantes apontaram também esses jovens como sendo “perigosos”, como pode ser visto a seguir: “(...) conseguimos uma gratificação para os funcionários, de periculosidade pelo fato de eles estarem trabalhando no interior e também trabalhar com crianças, entre outras, infratores” (ex-profissional de Pindobal).

Por fim, foi identificado também um “discurso de uma Psicologia que foca no indivíduo”, trabalhando aspectos como a reflexão individual e a autoimagem. Uma fala que exemplifica esse discurso pode ser vista abaixo:

O papel é de ajudar eles na ressocialização, levá-los a refletir na questão do ato infracional (...) tentar fortalecer o vínculo deles com os familiares, fortalecer na construção de seu projeto de vida que é um dos principais pontos, trabalhar sua autoimagem (profissional do CEA).

DISCUSSÃO

Os dados apontam que os discursos psi na prática com ex-internos e educandos se caracterizaram por serem individualizantes, a responsabilidade é posta unicamente na família e no próprio jovem, sem contextualizar as condições do seu envolvimento no ato infracional. Ressalta-se que esse discurso foi proferido por ex-profissionais de Pindobal e também por profissionais do CEA, apontando uma permanência do discurso apesar das diferenças temporais.

Esses dados corroboram o que Scheinvar (2006) apresenta em relação à família: parece haver, por parte dos profissionais, um modelo hegemônico, segundo o qual uma família deve ser composta por “um pai e uma mãe que cumpram todos os requisitos para o cuidado e boa educação de suas crianças” (Rodrigues, Hennigen & Cruz, 2013, p. 200), não havendo espaço para famílias monoparentais ou pais dependentes de álcool.

Quanto à culpabilização do próprio jovem, este é um aspecto que tem a ver com um discurso psi, presente nas duas instituições, que desconsidera a relação entre o sujeito e a sociedade, o psicológico e o material, o subjetivo e o objetivo, atribuindo-a aos aspectos naturais, inatistas, de imaturidade. Esse discurso desloca o foco do plano social, das condições de

pobreza em que o jovem e sua família vivem, não atribuindo responsabilidade ao Estado e enfatizando apenas o plano individual.

Das entrevistas emergiu também um discurso de tutela dos ex-internos e educandos, que se caracteriza pelo acompanhamento e observação constantes do educando, anotando apontamentos para encaminhar a avaliação ao juiz. Aí está presente um lugar de saber-poder psi.

Assim, os profissionais nas duas instituições passam a fazer parte dos poderes laterais ao judiciário, mencionados por Foucault (1984/2011), estando, assim, nesse lugar de vigilância permanente, constituindo um saber sobre os jovens – as avaliações – e exercendo um poder sobre eles – decidir para onde e quando ir, como no simples ato de beber água; fazer avaliações e encaminhar ao juiz, podendo influenciar ou até fundamentar suas decisões (Paiva & Cruz, 2014).

Percebe-se que as práticas dos profissionais com jovens pobres – ressalvadas as distâncias históricas (Pindobal e CEA), mas com alguma permanência –, independentemente de suas formações, produz especialismos técnicos, um discurso psi que se configura naquilo que Gomes e Nascimento (2003) apontaram como produtores de um saber sobre os sujeitos que auxiliam no esquadramento e classificação de suas condutas.

Tal classificação parece ser feita com base nas virtualidades do comportamento, quando vemos a fala de uma ex-profissional de Pindobal sobre ter conseguido um adicional de periculosidade, e que se dá acompanhada de um discurso individualizante (González & Guareschi, 2009) que classifica a conduta e possibilita aquilo que Foucault (1984/2011) nominou de novas formas de controle.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, é possível perceber mais permanências do que mudanças entre os discursos psi dos profissionais de Pindobal ao CEA. As mudanças parecem ter se dado mais na letra da Lei do que na prática com os jovens institucionalizados.

Diante disso, como atuar em prol de mudanças na prática? Faz-se necessário pensar em uma atuação da Psicologia que considere o jovem como sujeito de sua história; que pense a juventude a partir da realidade objetiva, demarcada em um momento histórico e em uma cultura específica; que articule o objetivo e o subjetivo, condições de vida e relações sociais.

Apontam-se como possibilidades ações pautadas em análise da situação e diagnóstico da realidade por meio de pesquisas para possibilitar o planejamento de ações de formação para os profissionais; formação dos profissionais na academia para trabalhar com essa realidade; domínio dos documentos de referência, como o Sinase, para a garantia dos direitos dos jovens; incentivo e fortalecimento do meio aberto, para evitar a repetição de histórias de institucionalização; promoção de ações que possibilitem aos jovens o empoderamento com vistas ao protagonismo social.

REFERÊNCIAS

- Batista, V. M. (2003). *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan.
- Bock, A. M. B. (2009). Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In A. M. B. Bock (Org). *Psicologia e o compromisso social*. São Paulo: Cortez.

- Dayrell, J. (2003). O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 40-52.
- Foucault, M. (1969/2012). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1975/2010). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (1984/2011). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora.
- Gomes, A. M. & Nascimento, M. L. (2003). Infância, adolescência e proteção: produção histórica e crítica do presente. In A. M. Jacó-Vilela, A. C. Cerezzo e H. B. C. Rodrigues (Orgs.) *Clio Psyché Paradigmas: historiografia, psicologia, subjetividades* (pp. 321-326). Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará.
- Gonzáles, Z. K. & Guareschi, N. M. F. (2009). Concepções sobre a categoria juventude: paradoxos e as produções nos modos de ser jovem. In L. R. Cruz & N. M. F. Guareschi (Orgs.) *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas* (pp. 104-123). Rio de Janeiro: Vozes.
- Gregolin, M. R. V. (2006). *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogo e duelos*. São Carlos, SP: Claraluz.
- Lobo, L. F. (2003). Higienismo e normalização da infância no Brasil. In A. M. Jacó-Vilela, A. C. Cerezzo e H. B. C. Rodrigues (Orgs.) *Clio Psyché Paradigmas: historiografia, psicologia, subjetividades* (pp. 291-320). Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará.
- Massini, M. (2008). O processo de institucionalização do saber psicológico no Brasil do século XIX. In A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira & F. T. Portugal. (Orgs.). *História da Psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau editora.

Minayo, M. C. S. (2010). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.

Nogueira, C. (2001). A análise do discurso. In L. Almeida & E. Fernandes (Orgs.). *Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação*. (pp. 1-51). Braga: CEEP.

Paiva, I. L. & Cruz, A. V. H. (2014). A psicologia e o acompanhamento de adolescentes em conflito com a lei. In Oliveira, I. F. & Yamamoto, O. (Orgs.) *Psicologia e Políticas Sociais: temas em debate*. Belém: Ed. Ufpa.

Rauter, C. (2003). *Criminologia e subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.

Rodrigues, L., Henninguem, I. & Cruz, L. R. (2013). Da família ao acolhimento institucional: em cena (mais uma vez), a velha culpa familiar. In Cruz, L. R., Rodrigues, L. & Guareschi, N. M. F. (Orgs.). *Interlocações entre Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social*. Santa Cruz do Sul: Edunisc.

Scheinvar, E. (2006). A família como dispositivo de privatização do social. *Arquivos brasileiros de Psicologia*, 58, 1, 48-57.

Silva, A. K. & Hüning, S. M. (2013). O plano individual de atendimento como analisador de políticas públicas no sistema socioeducativo. In Cruz, L. R., Rodrigues, L. e Guareschi, N. M. F. (Orgs.). *Interlocações entre Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social*. Santa Cruz do Sul: Edunisc.

CAPÍTULO 2

Reflexões sobre o preconceito de gênero na atualidade

Iara Maribondo Albuquerque

Hyalle Abreu Viana

Andreza S. Silva Ferreira

Eldo Lima Leite

Ana Raquel Rosas Torres

No Brasil, as desigualdades econômicas entre homens e mulheres continuam grandes. Estas desigualdades podem ser observadas, por exemplo, nos dados revelados pelo IBGE. Em 2014, as mulheres receberam 74,5 % do salário dos homens. No primeiro semestre de 2015, o desemprego entre as mulheres foi maior do que entre os homens. A taxa entre as mulheres foi de 9,6%, enquanto isso, entre os homens, a taxa foi de 6,6%. Outro dado documental indica que a paridade salarial entre mulheres e homens vai levar mais de 70 anos para ser alcançada (OIT, 2016). Tomados em conjunto, estes dados apontam que, apesar dos inúmeros avanços, as mulheres continuam em uma posição de desvantagem no que se refere às possibilidades de ascensão social.

Neste capítulo, partimos do pressuposto que um dos fenômenos que estaria na base dessas desigualdades seria o preconceito. No entanto, ressaltamos que não estamos pretendendo reduzi-las a algum processo meramente psicológico, pois não podemos desprezar as forças históricas, políticas e econômicas que subjazem às relações de gênero. Aqui, o objetivo é discutir algumas ideias teóricas que têm sido desenvolvidas a partir da psicologia social para estudar esse

fenômeno e assim fornecer ao leitor um panorama introdutório desse tema. Para tanto, inicialmente, apresentamos algumas reflexões sobre o preconceito racial na atualidade para, em seguida, discutirmos como o preconceito de gênero se configura nas sociedades contemporâneas.

PRECONCEITO: DEFINIÇÕES E PERSPECTIVAS ATUAIS

Foi a partir do início do século XX que começaram a surgir, na psicologia social, as primeiras explicações teóricas para o fenômeno do preconceito. Contudo, nesse período, o interesse centrava-se no preconceito racial. Um dos primeiros desses trabalhos foi publicado por Allport (1954). Nesta obra, o preconceito foi definido como sendo “uma antipatia baseada numa generalização errada e inflexível. Ela pode ser sentida ou abertamente expressa. Ela pode ser dirigida a um grupo como um todo ou a um indivíduo por ser membro de tal grupo” (p.10). Brown (1995) complementa afirmando que o preconceito não apenas se apresenta na forma de avaliações e crenças negativas sobre grupos sociais, mas também está intimamente relacionado às práticas discriminatórias relacionadas a esses grupos. Acrescentamos a essas ideias a concepção de que o preconceito pode ser concebido como um processo grupal, que é construído e reconstruído nas e pelas lutas de poder entre maiorias e minorias sociais.

Contudo, as mudanças no contexto ocidental decorrentes do pós-guerra mundial vêm tornando indesejáveis demonstrações explícitas de quaisquer formas de preconceitos (Lima & Vala, 2004). Diante disso, as próprias sociedades vêm construindo normas antirracistas que coíbem a expressão aberta do preconceito contra grupos minoritários (McConahay, Hardee,

& Batts, 1981; Wittenbrink, Judd, & Park, 1997). No entanto, mesmo sob pressões normativas e a propagação dos princípios de igualdade, os indicadores socioeconômicos revelam um aumento na discriminação das minorias raciais e de gênero (IBGE, 2013).

Essa contradição talvez indique a substituição do preconceito flagrante por formas mais sutis e veladas. De fato, para Camino, Silva, Machado e Pereira (2001), embora as normas anti-racistas eliminem a demonstração de atitudes pessoais preconceituosas, não evitam que o preconceito se desenvolva no processo de exclusão social, uma vez que este decorre de situações concretas de discriminação. Neste sentido, são observadas formas menos evidentes de racismos que não desafiam as normas anti-discriminatórias. Diversos estudos têm buscado demonstrar as novas formas de expressão do preconceito dentre as quais destacam-se: o preconceito moderno (McConahay & Hough, 1976), simbólico (Kinder & Sears, 1981), aversivo (Gaertner & Dovidio, 1986), ambivalente (Katz & Hass, 1988) e o sutil (Pettigrew & Meertens, 1995).

Um dos mais emblemáticos desses estudos foi o realizado na Europa por Pettigrew e Meertens (1995) sobre o preconceito contra minorias raciais. Esses autores fizeram a distinção entre preconceito flagrante e preconceito sutil. Ambos têm como base a depreciação do exogrupo. No entanto, enquanto o preconceito flagrante é direto e explícito, o preconceito sutil é frio e indireto (Lima & Vala, 2004). Pettigrew e Meertens (1995) evidenciaram duas dimensões do preconceito flagrante: a percepção de ameaça e a rejeição às relações de proximidade. Já no preconceito sutil mostraram a existência de três dimensões: a percepção de que o exogrupo não adere aos valores do trabalho e do sucesso; a acentuação das diferenças culturais; e a negação de emoções positivas em relação aos membros do exogrupo.

Estudos apontam que atualmente a discriminação se expressa não pela atribuição de traços negativos ao exogrupo, mas pela não atribuição de traços positivos (Pettigrew & Meertens, 1995; Dovídio, Mann & Gaertner, 1989; Vala, Brito & Lopes, 1999). Dessa forma, a expressão do preconceito de forma sutil não desafiaria a norma social de indesejabilidade do racismo (Camino et al., 2001). De acordo com Pereira, Torres e Almeida (2003) um fator ainda mais grave é a expressão desse preconceito fundamentada nos princípios de igualdade e justiça, configurando um discurso justificador da discriminação. Neste sentido, as justificações auxiliariam na dissimulação do preconceito em comportamentos discriminatórios, reduzindo a incoerência gerada pelo conflito entre os valores igualitários do indivíduo e expressões de atitudes preconceituosas.

No entanto, apesar da enorme concentração de estudos sobre o preconceito racial, Ferreira (2004) afirma que a vida em sociedade permite aos indivíduos se defrontarem com diversas formas e expressões de preconceito. Estas podem ser motivadas por diferenças de raça, gênero, orientação sexual, religião, nacionalidade, etnia, ideologia, entre outros. Tais manifestações podem acarretar sofrimento físico e psíquico, bem como ocasionar graves consequências sociais e econômicas. Dentre todas essas possibilidades, neste trabalho o que nos interessa é o fenômeno do preconceito de gênero, aqui definido como o preconceito e a discriminação baseados no gênero e as atitudes, estereótipos e os elementos culturais que promovem e justificam essa discriminação.

PRECONCEITO DE GÊNERO

As sociedades desenvolvem diferentes papéis a partir das normas sociais, que funcionam como regras, que têm por finalidade orientar os comportamentos dos indivíduos. Estas regras são de caráter tanto normativo, ao descreverem o que se quer dos indivíduos, quanto prescritivo, ao apontarem os que se espera deles (Cialdini, Kallgren & Reno, 1991).

A partir dessa concepção, Scott (1992) define gênero como “um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos... é uma forma primeira de significar as relações de poder” (p. 15). Para Teles e Melo (2002), “gênero abordaria as diferenças sócio-culturais existentes entre os sexos masculino e feminino, que se traduziriam em desigualdades econômicas e políticas, colocando as mulheres em posição inferior à dos homens nas diferentes áreas da vida humana” (p.12).

Cada gênero é representado por imagens referentes aos seus papéis sociais. Assim, os homens “seriam” mais fortes, violentos, nasceram para liderar, enquanto as mulheres “seriam” frágeis, dóceis, tendo nascido para obedecer (Heilborn, 1999). Estas diferentes visões levariam a uma crescente diferenciação e discriminação entre os sexos.

Embora tenha sido consagrada a igualdade de direitos entre homens e mulheres na constituição de 1988, a desigualdade de gênero ainda é real, podendo ser comprovada pelos altos índices de casos de violência contra a mulher (Silva, 2010). Este preconceito em relação às mulheres é denominado sexismo. De acordo com Moya (2004), o sexismo pode ser entendido como uma ideologia de gênero que reúne um conjunto de crenças sobre o que é considerado adequado para homens e mulheres,

bem como as relações que os membros de ambos os grupos devem manter.

Um estudo realizado por Belo e Camino (2010) a respeito das profissões que mais se adequam aos homens e mulheres demonstrou que as profissões associadas às mulheres referiam sua imagem como mais delicada, doméstica, e preocupada com a qualidade de vida. Em contrapartida, os homens foram associados a profissões que necessitavam de força física para sua realização. O impacto dessas crenças pode ser percebido nos resultados de Carvalho (2003) que mostram que professoras universitárias que lecionavam em cursos universitários considerados “masculinos”, como por exemplo, as engenharias, foram sistematicamente avaliadas de forma mais negativa que os professores. Aqui vale também ressaltar que os professores de cursos “femininos”, como psicologia, também foram avaliados de forma mais negativa que as professoras. Em conjunto, esses resultados apontam que a avaliação do docente feita pelos alunos, frequentemente, é muito mais influenciada pelo contexto social mais amplo, como as relações de gênero, do que pelas suas habilidades e competências profissionais.

Igualmente importante, são os resultados de Spadoni (2006), que investigou o impacto da percepção da discriminação no ambiente profissional no bem-estar psicológico da mulher. Para tanto, ele desenvolveu um estudo com 229 alunas de cursos considerados “masculinos”, avaliando a percepção da discriminação generalizada e seus efeitos nos referenciais emocionais. Os resultados demonstraram que o bem-estar e a autoestima mostraram-se negativamente influenciados pela percepção da existência da discriminação baseada nos papéis de gênero.

Historicamente, as relações de gênero tinham como base a cultura patriarcal, na qual as mulheres eram desvalorizadas e

as ações preconceituosas eram amparadas pelos instrumentos legais, médicos e sociais. No entanto, da mesma forma como tem acontecido com o preconceito racial, essa forma flagrante do sexismo vem dando lugar a formas menos hostis, adquirindo um caráter simbólico e indireto, baseado em sentimentos negativos sobre as mulheres, expressos de maneira encoberta (Deaux & La France, 1998).

Glick e Fiske (1996) ao estudarem o fenômeno do sexismo, defendem que ele pode se expressar basicamente de duas formas, de maneira hostil ou benévola. O sexismo hostil reflete uma antipatia em relação às mulheres que afirmam os seus direitos, em contrapartida, o sexismo benévolo é aparentemente uma expressão não preconceituosa, positiva na superfície, apresentada como uma forma de cavalheirismo. No entanto, representa as mulheres como menos capazes e dependentes. Essa visão é um reflexo do ideal paternalista que concebe as mulheres como mais fracas e úteis para satisfazer as necessidades dos homens (Glick & Fiske, 1996, 1997).

Glick, Lameira e Castro (2002) afirmam que apesar de inofensivo, o sexismo benévolo pode levar a grandes transtornos psicológicos para as mulheres. Apesar de distintos, os sexismos benévolo e hostil são construtos relacionados na medida em que apóiam a dominação masculina nos papéis tradicionais de gênero. Essas duas formas de expressão estão interligadas por três componentes: o paternalismo, a diferenciação de gênero e a heterossexualidade.

O primeiro refere-se à tendência do homem interagir com a mulher como um pai. O segundo é constituído por dois pólos: competitivo e complementar, que é expresso pelo comportamento competitivo do homem em relação às mulheres e, ao mesmo tempo, em atitudes positivas em relação aos papéis de mãe e esposa. O último revela-se pelo poder sexual que a

mulher possui para dominar o homem e pela dependência um do outro para serem felizes (Glick & Fiske, 1996; Mladinic et al., 1998).

Diante disso, por ser expresso muitas vezes de forma sutil, o preconceito contra a mulher invade os espaços cotidianos por meio de imagens e representações, atribuindo-lhe valores negativos que não desafiam as normas anti-discriminatórias. Neste sentido, observa-se como o sexismo, da mesma forma que o preconceito racial, vem se modificando ao longo do tempo em função das normas sociais.

Contudo, apesar da modificação das normas e da mudança na semântica do preconceito, as mulheres continuam sendo prejudicadas no tecido social quando comparadas aos homens, como demonstram os dados oficiais do IBGE e do DIEESE. Esta discriminação parece ser justificada pela percepção dos papéis e deveres de homens e mulheres na sociedade, levando a uma naturalização do preconceito. Este é um fenômeno que merece ser investigado com mais profundidade pela psicologia social.

REFERÊNCIAS

Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge, MA: Addison-Wesley.

Brown, R. J. (1995). *Prejudice: Its social psychology*. Malden, Massachusetts, USA: Blackwell Publishers Inc.

Camino, L., Da Silva, P., Machado, A., Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. *Revista Psicologia Política*, 1(1), 13-36.

Cialdini, R. B., Reno, R. R., & Kallgren, C. A. (1990). A focus theory of normative conduct: recycling the concept of norms

to reduce littering in public places. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 1015-1026.

Deaux, K. & La France, M. (1998). Gender. In: D. T. Gilbert, S. T. Fiske & G. Lindzey (Orgs.) *Handbook of Social Psychology* (4^a.ed., Vol. 1, pp. 788-827). Nova Iorque: McGraw-Hill.

Dovidio, J. F., Mann, J. A. & Gaertner, S. L. (1989). Resistance to affirmative action: The *implications* of aversive racism. In F. A. Blanchard & F. J. Crosby (Orgs.), *Affirmative action in perspective* (pp. 83-102). Nova Iorque: Springer-Verlag.

Ferreira, M. C. (2004). Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. *Temas em Psicologia da SBP*, 12(21), 119-126.

Fiske, S. T. (1998). Stereotyping, prejudice, and discrimination. In D. T. Gilbert; S. T. Fiske & G. Lindzey (Orgs.). *The Handbook of Social Psychology* (4^a ed., Vol. II, pp. 357-411). Boston, MA: McGraw-Hill.

Gaertner, S. L., & Dovidio, J. F. (1986). The aversive form of racism. In J. F. Dovidio, & S. L. Gaertner (Orgs.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 61-89). Orlando, Florida: Academic.

Glick, P. y Fiske, S. (1997). Hostile and benevolent sexism: measuring ambivalent sexist attitudes toward women. *Psychology of Women Quarterly*, 21, 119-135.

Glick, P., & Fiske, S. T. (1996). The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70,491-512.

Heilborn, M. L. (1999). Construção de si, gênero e sexualidade. In M. L. Heilborn (org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 40-59.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2013). Pesquisa de emprego.

Katz, I., & Hass, R. G. (1988). Racial ambivalence and American value conflict: correlational and priming studies of dual cognitive structures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55, 893-905.

Kinder, D. R., & Sears, D. O. (1981). Prejudice and politics: symbolic racism versus racial threats to the good life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40, 414-431.

Lima, M. O., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, 9, 401-411.

McConahay, J. B., & Hough, J. C. Jr. (1976). Symbolic racism. *Journal of Social Issues*, 32, 23-45.

McConahay, J. B., Hardee, B. B., & Batts, V. (1981). Has racism declined in America? It depends on who is asking and what is being asked. *Journal of Conflict Resolution*, 25, 563-579.

Mladinic, A., Saiz, J. L., Díaz, M., Ortega, A., & Oyarce, P. (1998). Sexismo Ambivalente em estudantes universitarios chilenos: teoría, medición y diferencias del género. *Revista de Psicología Social y Personalidad*, 14, 1-14.

Morawski, J.G. (1990). Toward the unimagined: feminism and epistemology in psychology. In R. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.), *Making Difference: Psychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press.

Moya, M. & De Lemus, S. (2004) Superando barreras: creencias y aspectos motivacionales relacionados con el ascenso de las mujeres a puestos de poder. *Revista de Psicología, General y Aplicada*, 57, 225-242.

Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2016). Relatório Mulheres no Trabalho: Tendências 2016.

Pereira, C. R., & Vala, J. (2010). Do preconceito à discriminação justificada. *In-Mind_Português*, 1, 1-13.

Pereira, C., Torres, A. R. R. & Almeida, S. T. (2003). Um Estudo do Preconceito na Perspectiva das Representações Sociais: Análise da Influência de um Discurso Justificador da Discriminação no Preconceito Racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(1), 95-107.

Pettigrew, T. F., & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 57-75.

Scott, J.W. (1991). “Gênero: Uma categoria útil para análise histórica.” Recife: SOS Corpo.

Silva, C. M. O. G. (2010). *Violência contra as mulheres: a Lei Maria da Penha e suas implicações jurídicas e sociais em Dourados-MS*. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Federal da Grande Dourados.

Spadoni, J. M. (2006). *Sexismo no ambiente acadêmico-profissional: influências no bem-estar e na auto-estima* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia. Universidade Católica de Goiás.

Strey, M. N. (2001). Gênero. In M. G. C. Jaques, M. N. Strey, M. G. Bernardes, P. A. Guareschi, S. S. Carlos & T. M. G. Fonseca, *Psicologia Social Contemporânea* (PP. 181-198). Petrópolis: Vozes.

Teles, M. A. de A. & Melo, M. de (2002). *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense.

Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (1999). *Expressões dos racismos em Portugal: perspectivas psicossociológicas*. Lisboa: Editora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Wittenbrink, B., Judd, C.M., & Park, B. (2001). Evaluative versus conceptual judgments in automatic stereotyping and prejudice. *Journal of Experimental Social Psychology*, 37, 244-252.

CAPÍTULO 3

Amo, logo existo: o amor romântico e as implicações à vulnerabilidade ao HIV/Aids

Elís Amanda Atanázio Silva
Ana Alayde Werba Saldanha

A proposta deste capítulo é discutir, a partir de uma reflexão teórica, a construção histórico-cultural do amor romântico ao longo das eras até os dias atuais, analisando sua influência direta na construção do feminino, bem como as implicações na vulnerabilidade ao HIV/AIDS.

Em vários levantamentos realizados (Almeida, 2008; Anjos, 2012; Figueiredo, 2005), uma multiplicidade de indivíduos reportam que o amor é, singularmente, o fenômeno mais prazeroso da existência humana, sendo essencialmente importante para o desenvolvimento da personalidade e crescimento da humanidade. A resposta amadurecida para o problema da existência humana, segundo Erich Fromm (1995), estaria na realização da unidade interpessoal da fusão com outra pessoa, ou seja, do amor. Jurandir Costa (1998) vem acrescentar que o amor se trata de um fenômeno fundamentalmente dinâmico, pois envolve conhecimentos e práticas que se interferem mutuamente. Além disso, o autor retrata o amor como um sentimento universal, pois está presente e influente em todas as épocas, sendo culturalmente codificado e sujeito às transformações impostas pela variação das circunstâncias temporais.

Nesse sentido, os apontamentos do campo amoroso aludem à historicidade, isto é, não decorrem de um acontecimento local, nem tampouco, contemporâneo, eles fazem referência ao mais ancestral dos tempos. As raízes do que se concebe dele remontam aos povos das cavernas que o retratavam em pinturas rupestres. Observa-se que em sociedades pré-letradas, como as indígenas americanas, australianas, indianas e das ilhas do Oceano Pacífico, há diversos relatos e registros explícitos de manifestações de costumes que expressavam as primeiras formas do amor, bem como nas primeiras civilizações letradas, como no Egito, na China, na Grécia e em Roma (Almeida, 2008).

Reporta-se que foram encontrados registros da Antiguidade, produzidos há cerca de 1500 anos a.C., no Egito, trazendo remotos cânticos amorosos manuscritos em papiros em que se percebe o amor retratado como um esmagamento do eu, e, portanto, visto como uma condição de doença que deveria ser erradicada. A etologia, ciência que estuda as origens dos comportamentos dos seres humanos, traz que nessa época as relações se davam através de uma troca de favores, isto é, em troca de recursos trazidos pelo homem para garantir a alimentação e o abrigo da fêmea, enquanto esta, em contrapartida, disponibilizaria o seu útero para procriação dos filhos do mesmo (Costa, 1998, Giddens, 1993).

Mais à frente, na Idade Média (395 d.C. – 1453) o amor era considerado um sentimento voluptuoso e desmoralizado, dessa forma, o casamento tinha uma diretriz diferente da qual se tem hoje por referência, isto é, o matrimônio não deveria ser o lugar para o amor carnal; para a carícia e outras formas de demonstrações de afeição física. Algo que desse um escoamento aos sentimentos era considerado impróprio, por isso, as mulheres tinham a sexualidade reprimida, e aquelas que expressavam suas vontades sexuais, chegavam a serem

consideradas como possuidoras de uma patologia histórica. Elas eram consideradas símbolos de respeitabilidade, e para os homens satisfazerem-se sexualmente, recorriam às relações extraconjugais com as escravas, amantes e prostitutas. (Almeida, 2008; Del Priore, 2006; Giddens, 1993; Jablonski, 2003).

Na realidade, o casamento medieval era uma instituição que visava à estabilidade de uma sociedade e cumpria somente o papel da reprodução e união de riquezas, pois se anuía a procriar filhos legítimos que herdariam e multiplicariam as propriedades dos pais. Entre as classes mais privilegiadas como a burguesia, ele servia também para estabelecer e reforçar alianças de natureza política ou econômica. Durante este período, a maioria dos casamentos na classe burguesa não acontecia por paixão, amor ou encanto sexual recíproco, mas sim, por causas econômicas e políticas, pois a família era apreciada como mina de economia e posses (Ribeiro, 2010; Zordan, 2005).

Contudo, em decorrência da força arraigada pela religião, que estava intimamente relacionada aos valores morais propagados na época medieval, juntamente com os princípios de que era preciso amar a Deus para poder conhecê-lo, houve uma resultante associação entre a ideia de um envolvimento mais firme com o amor a Deus e ao próximo, justificando que esse é o amor que se aproxima da caridade e dos anseios divinos (Costa, 1998; Giddens, 1993; Ribeiro, 2010).

Diante desse contexto, toda a organização social dos relacionamentos veio a sofrer ameaça a partir do momento em que seus suportes econômicos foram colocados em um plano secundário, com a introdução da ideia do casal como elemento chave do casamento. Para tanto, deveria haver uma cooperação afetuosa e uma harmonia entre os cônjuges para administrar os bens comuns, corroborando no ganho de espaço

pelos sentimentos e no nascimento brando do amor na díade. (Saldanha, 2003; Silva, 2002)

Acreditava-se aqui, que quando um casamento acontecia meramente por amor, os interesses, à priori, na reprodução e manutenção de bens, extinguíam-se (Jablonski, 1998). Apreende-se que, paulatinamente, o amor passou a dar os primeiros passos para ter uma identidade que lhe estabelecia certa autonomia e liberdade no tocante às interações sociais, bem como passou a ser visto como uma condição positiva para o casamento (Albuquerque, 2014; Oltramari, 2009; Sprecher & Metts, 1999).

Perante esse panorama, na Idade Moderna (1453 – 1789), apesar da sexualidade ainda encontrar resistências ao seu desvelamento, em razão do lugar privilegiado que detinha na essência dos valores íntimos da pessoa moderna, a formação dos laços matrimoniais para a maior parte da sociedade estava cada mais estabilizando-se, e baseava-se em outras considerações, além dos julgamentos do valor econômico. Neste período, a imagem da dama passou a substituir o lugar de Deus como objeto do desejo. Essa ‘mundanização do amor’, como nomeia Costa (1998), e a revalorização da figura da mulher, foram responsáveis por um enorme enriquecimento do vocabulário sentimental afetivo. Segundo Badinter (1985), no século XVIII, a felicidade não é mais somente uma questão individual, mas é a dois que se espera realizá-la, enquanto se aguarda a possibilidade de vivê-la com a coletividade.

Foi nesta época que houve, sobretudo, a valorização do ‘ser romântico’. O amor de cortesia ganhou evidência numa nova ótica, diferenciada daquela vista na idade média. Logo, obrigou os partidários a deixar o esforço masoquista de narrar suas experiências emocionais e afetivas de lado, escrevendo-as numa nova linguagem, feita de metáforas que se teciam e reteciam

sutilmente. Deste modo, os romances foram a primeira forma de literatura a alcançar uma população em massa (Almeida & Mayor, 2006; Giddens, 2003).

Seguindo esta premissa, a partir do final do século XVIII, uma vez materializadas, estabilizadas e difundidas na ordem social as ideias acerca do amor poético, sonhador e romantizado, finalmente foi popularizado o amor convencionalmente conhecido por ‘amor romântico’, que se firmou enquanto norma de conduta emocional e social, pois sua divulgação estava diretamente relacionada a mudanças importantes que implicaram na vida de um todo coletivo, referente à época (Costa, 1998; Giddens, 1993; Jablonski, 2003; Barbosa, 2008).

Diante dessas mudanças, o amor romântico tendeu a se libertar dos laços de parentesco mais amplos, da formação e manutenção da família, dando maior evidência e sentido à relação amorosa diádica, o que, por sua vez, proporcionou ao vínculo conjugal um significado diferenciado, onde os cônjuges valorizavam o sentimento de pertencimento, renúncia e a confiança completa e incondicional no outro-parceiro. Além disso, eram vistos cada vez mais como colaboradores em um empenho emocional mútuo e conjunto, ambos sintonizando suas demandas recíprocas na satisfação terna e nos anseios de felicidade conjugal, que eram claramente enriquecedores (Figueiredo, 2005; Giddens, 1993).

No entanto, esse amor foi se difundindo na época dando intensa ênfase à conjugalidade, sem espaço para a individualidade. Reforçava o caráter indissolúvel de submissão completa dos apaixonados à confiança e exclusividade no casamento, baseado na norma social da fidelidade inquebrantável. No que tange a esta exclusividade, não era permitida a coexistência de outros projetos de vida para aquele casal, isto é, esperava-se que no casamento fossem supridas todas as aspirações, sentimentos,

necessidades físicas e subjetivas dos companheiros envolvidos (Costa, 2007; Madureira & Trentine, 2008; Moura, 2011; Silva, 2002).

O fascínio do amor romântico era assegurar um tipo de felicidade na qual os envolvidos encontrariam a completude, numa perfeição adequada física e espiritual ao outro. Sem esse amor o homem e a mulher moderna não encontrariam um no outro aquela única, frágil e difícil mistura de protetor e protegido, pais e filhos, conforto e tentação, amigo e amante. Era necessário, a qualquer preço, deixar passar o sentimento de que o outro era mais importante do que o eu (Costa, 1998; Giddens, 1993; Saldanha, 2003).

Frente a este movimento situacional, um dos principais destaques vai para a reelaboração do lar como um espaço distinto do trabalho, que pelo menos em princípio, converteu-se num lugar onde os indivíduos poderiam esperar apoio emocional. Para tanto, houve a divisão das esferas de ação em públicas e privadas, isto é, foram delimitadas as relações de poder, cabendo às mulheres serem titulares do domínio privado, logo, do todo interno do lar, o discreto e resguardado. Já aos homens lhes incumbia à posse pública, portanto, o coletivo, notório e social (Anjos, 2012; Giddens, 1993; Saldanha, 2003).

Perante esta divisão, o amor romântico passou a caracterizar-se como sendo essencialmente feminino, pois comprometia, maiormente, a vida das esposas, que reduzidas e condicionadas a viver em função do casamento, isolaram-se do mundo externo, passando a contentar-se com as obrigações do lar. Costa (1998) enfatiza que o romantismo, na verdade, era para elas uma prática de exclusão repulsiva. Estas mulheres acabaram, pois, invalidando-se das relações de poder ligadas à sexualidade, visto que a prática do ato sexual no casamento ainda era limitada, controlada de maneira distinta e específica

(Albuquerque, 2014; Barbosa, 2008; Del Priori, 2006; Jablonski, 2005). Este último fator foi denominado por Michel Foucault (1997) de hipótese repressiva, pois anulava das mulheres os seus prazeres aparentes.

Além dessa divisão comentada, a qual ocasionou mutações diretas e imediatas no que se refere à constituição familiar e nas interações entre pais e filhos, vale ressaltar que a pressão para se constituírem famílias grandes, característica crucial de todas as culturas pré-modernas, deu lugar a uma tendência rigorosa de se reduzir o tamanho das famílias, o que comportou na idealização do papel da mãe e o determinado cuidado delas para com os filhos, designado de mito da maternidade (Badinter, 1985).

Nesta perspectiva, Saldanha (2003) considera que as três ordens imaginárias representantes das famílias estavam instituídas: a passividade feminina, o mito da maternidade e mito do amor romântico. Estas ordens vieram estabelecer a legitimação de práticas designadas ao poder masculino por meio do papel social do marido, que retém a companheira à dependência subjetiva, econômica e sexual.

No que tange à dependência subjetiva, o que também deu propensão à discussão sobre as consequências das transformações da intimidade na modernidade foi a função da relação amorosa na determinação da identidade feminina. A virtude era conferida àquelas mulheres que canalizassem seu desejo amoroso em partilhar uma só identidade na díade. Para melhor complementar este apontamento é trazido aqui o conceito de identidade por Suda e Souza (2006) fundamentado por Tajfel (1981), como sendo:

Um fenômeno derivado da dialética entre o indivíduo e a sociedade. É entendida como o

autoconceito do indivíduo derivado do seu conhecimento de filiação a um grupo social, juntamente com o significado emocional e de valor associado a tal pertença. (p. 72-80).

Sob essa ótica, Giddens (1993) evidencia que o sentimento de vazio enunciado pelo que foi fragmentado nestas mulheres modernas era preenchido através da relação amorosa, levando tais companheiras a perceberem-se como inteiras apenas a partir das trocas relacionais com seus respectivos parceiros, entendido como seu ‘grupo social’ de pertença. Em vista disso, o julgamento emocional do amor romântico é a urgência em tornar a identidade comum, isto é, legitimada na descoberta do outro-parceiro, pois uma vez que era ‘arrancada’ dos íntimos subjetivos, para assim ser reconstruída a partir do relacionamento matrimonial, e redefinida dentro desta nova realidade, contribuía acentuadamente, segundo alguns teóricos (Giffin, 2005; Lima, 2013; Matos, 2000), para a assimetria entre os gêneros em favor do masculino.

Portanto, a companheira centrada nos ideais românticos de que é no amor que se encontra e se faz o seu lugar no mundo, pela concentração de toda subjetividade e atenção num só indivíduo que é, ao mesmo tempo, outro e uma parte muito importante de si própria, focava intimamente seu processo de estabilização da identidade no lema ‘amo, logo existo’. Assim, amar romanticamente era nada menos que o ‘eu em risco’, mas tendo como promessa a possibilidade de ganhar um novo sentido de si no amor diático (Costa, 1998).

A partir destes pressupostos, pactua-se que os ideais do amor romântico ocasionaram determinantes de subordinação objetivas e subjetivas, que exerceram segundo alguns pesquisadores (Giddens, 1993; Saldanha, 2003; Zordan,

2005), influências significativas e imediatas nas crenças sobre as interações matrimoniais e sociais. Tais crenças foram legitimadas como um orientador da dependência e subjetividade feminina, arraigadas no ser do outro em detrimento do ser de si, percebido como um marco fundamental de fragilização e de naturalização dos entendimentos, discursos e práticas referentes às atribuições de gênero vivenciadas na sexualidade da época.

No que diz respeito à naturalização, esta implicou, conseqüentemente, na fragilização das ações de prevenção e da promoção da saúde, pois, a partir do momento em que a confiança no parceiro estabeleceu-se integralmente, situada nas crenças de convicção ao pertencimento exclusivo ao marido, as mulheres abriram mão da prática sexual com proteção. Tal fato resultou, portanto, em situação de vulnerabilidade às doenças infectocontagiosas em proeminência na época, merecendo destaque o HIV/AIDS que teve seu advento na década de 80. (Ayres, 2003; Saldanha, 2003).

O conceito de vulnerabilidade aqui é entendido como “o movimento de considerar a chance de exposição das pessoas ao adoecimento como a resultante de um conjunto de aspectos não apenas individuais, mas também coletivos [e] contextuais, voltados, ao mesmo tempo, à disponibilidade de recursos de enfrentamento e assistência” (Ayres et al., 2003, p. 123).

Em pesquisas realizadas ao longo da última década (Anjos, 2013; Atanázio, 2012; Moura, 2011; Ribeiro, 2013; Saldanha, 2003; Zordan, 2003), foi confirmada que esta fragilidade feminina encontra-se ainda presente e concretizada nos dias atuais, embora menos aparente que no período decorrido anteriormente. O Ministério da Saúde (2011) indicou que até junho de 2010, cerca de 142.316 mulheres com o vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) foram infectadas pelos seus parceiros. Assim, dentre os 156.067 casos de AIDS em

mulheres com 13 anos de idade ou mais, 91,2% ocorreram pela transmissão heterossexual.

Em 2011, dados da última Pesquisa de Comportamento, Atitudes e Práticas da População Brasileira (PCAP 2008), mostrou que 97% dos jovens de 15 a 24 anos de idade reconhecem que o preservativo é a melhor maneira de evitar a infecção pelo HIV, mas o uso cai à medida que a parceria sexual se torna estável. A pesquisa ressalta ainda que o percentual de uso do preservativo na primeira relação sexual é de 61% caindo para 30,7% nas relações seguintes com a mesma parceria, ou seja, na manutenção do relacionamento com parcerias fixas. O uso de preservativo entre os indivíduos que declararam não possuir companheiro fixo foi consistentemente maior do que entre aqueles da mesma faixa etária que vivem em relacionamento com companheiro estável. Indicou ainda que o uso de preservativo na última relação atinge 23,8% entre aqueles jovens que vivem com companheiro fixo, contra 56,6% entre os que não têm parceria estável.

Tais decorrências também foram advertidas no estudo de Saldanha (2003), em que participaram 10 mulheres casadas que vivem com HIV, com média de idade de 26 anos. Todas adquiriram o vírus sexualmente com seus maridos. As conclusões do estudo indicaram que essas mulheres tinham suas crenças concentradas na existência do amor, respeito e confiança mútua entre o casal, fixadas assim, no mito do amor romântico, o que as impediu de se perceberem vulneráveis e usarem o preservativo nas relações sexuais. Como consequência negativa, são vítimas da infecção ao HIV pelo parceiro.

Compreende-se assim, que é nas configurações do domínio privado, na intimidade dos enlaces e desfechos com o sexo oposto que se situam os pontos fundamentais dessa discussão, embora cada vez mais protestada pela esfera pública.

Essa ênfase é guiada pela inferência de que as ordens imaginárias sociais formadas anteriormente têm força de persistência maior que as transformações que legitimam o período histórico atual, caracterizado principalmente pela tentativa de descentralização da sexualidade do poder masculino e a preservação da identidade individual no casal igualitário (Atanázio, 2012; Del Priore, 2006; Foucault, 1997; Giddens, 1993).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se perceptível a partir da construção teórica aqui lançada, que muitas das recentes motivações e práticas exercidas pelas mulheres imersas em relacionamentos afetivos, são ressignificadas pela sociedade ou por elas mesmas, a partir de organizadores de sentido que reportam aos mitos tradicionais do amor romântico. Deste modo, a confiança no parceiro reivindica o seu direito à eternidade, não obstante às possibilidades de liberdade e ressignificações do mundo contemporâneo.

Portanto, os dados aqui levantados apontam para fragilidades nas iniciativas de promoção da saúde e de prevenção às DST/AIDS no campo das dinâmicas relacionais afetivas, sobretudo no que se refere à vulnerabilidade feminina, apreendida como resultado da interação de fatores socioculturais construídos ao longo do tempo. Necessita-se, de tal modo, da ampliação das informações sobre questões preventivas que chegam até mulheres envoltas em relacionamentos afetivos, enfatizando acerca das consequências a que estão expostas sexualmente ao não se prevenirem.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, J. L. (2014). *“Até que a morte nos separe”:* o casamento sorodiferente para o hiv/aids e seus desdobramentos. Dissertação de Mestrado, Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba – UFPB.
- Almeida, T. & Mayor, A. S. (2006). *O Amar, o Amor: uma perspectiva contemporâneo-ocidental da dinâmica amorosa para os relacionamentos.* In R. R. Starling & K. A. Carvalho. *Ciência do Comportamento Humano: conhecer e avançar* (pp. 99-105). São Paulo: ESETEC.
- Almeida, T. (2008). *O percurso do amor romântico e do casamento através das eras.* Trabalho de conclusão de curso. São Carlos: Departamento de Psicologia.
- Anjos, D. F. (2012). *Quando três tempos se encontram: sentidos e ressignificações de jovens vivendo com HIV/Aids.* Tese de Doutorado, Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba – UFPB.
- Ayres, J. R. C. M. et al. (2003). *O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: Novas perspectivas e desafios.* In: Czeresnia, Dina; Freitas, Carlos M. (Orgs.). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências* (pp. 117-140). Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno.* 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barbosa, D. R. (2008). *Império do amor romântico: diferenças culturais e sexuais em casais de noivos no Brasil e na Itália.* Tese de Doutorado, Pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia da USP, São Paulo.

Brasil, Ministério da Saúde. (2011). *Práticas sexuais relacionadas à transmissão do HIV* (pp. 39 - 58). In: Pesquisa de Comportamento, Atitudes e Práticas da População Brasileira (PCAP).

Costa, J. F. (1998). *Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico*. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco.

Costa, G. P. O. (2007). *A sexualidade para mulheres jovens e o comportamento sexual preventivo*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Del Priore, M. (2006). *História do amor no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto.

Figueredo, P. M. V. (2005). *A influência do locus de controle conjugal, das habilidades sociais conjugais e da comunicação conjugal na satisfação com o casamento*. *Ciências & Cognição*, 6, 123 – 132.

Foucault, M. (1997). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal.

Fromm, E. (1995). *A arte de amar*. 1. ed. Belo Horizonte: Itatiaia.

Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. 2. ed. São Paulo: UNESP.

Giffin, K. (2005). A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1), 47-57.

Heilborn, M. L. (1999). Construção de si, gênero e sexualidade. In: Heilborn, M. L. (Org.). *Sexualidade: o olhar*

das ciências sociais (pp. 40-58). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Jablonski, B. (1998). *Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir.

Jablonski, B. (2003). Afinal, o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca. In: Féres-carneiro, T., et al. *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas* (pp. 141-168). 1. ed. Rio de Janeiro: PUC.

Jablonski, B. (2005). Atitudes de jovens solteiros frente a família e ao casamento: Novas tendências? In: Féres-carneiro, T. et al. *Família e casal: efeitos da contemporaneidade* (p. 93-110). 1. ed. Rio de Janeiro: PUC.

Lima, F. L. (2013). Construção da identidade paterna: repercussões no pré-natal masculino. Tese de Doutorado – Programa de Pós Graduação em Psicologia – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Madureira, V. S. F. & Trentine, M. (2008). *Da utilização do preservativo masculino à prevenção de DST/AIDS. Ciência e Saúde Coletiva*, 13, 6, 1807-1816.

Matos, M. (2000). *Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.

Moura, E. L. (2011). *Fatores de impacto que influenciam na adesão ao preservativo por mulheres soropositivas para o HIV com AIDS*. 2011. Tese de Doutorado em Enfermagem - Cuidados em saúde, Escola de Enfermagem da USP, São Paulo.

Oltramari, L. C. (2009). *Amor e conjugalidade na contemporaneidade: uma revisão de literatura. Psicologia em Estudo, 14(4)*, 669-677.

Ribeiro, K. (2010). *Adolescência e sexualidade: vulnerabilidade às DST's, HIV/AIDS e à gravidez em adolescentes paraibanos*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Saldanha, A. A. W. (2003). *Vulnerabilidade e Construções de enfrentamento da soropositividade ao HIV por mulheres infectadas em relacionamento estável*. Tese de Doutorado em Psicologia – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, São Paulo.

Scorsolini-comin, F. (2009). *Casar, verbo (in)transitivo: bem estar subjetivo, conjugalidade e satisfação conjugal na perspectiva da psicologia Positiva*. Dissertação de Mestrado em Psicologia – Programa de Pós- graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, São Paulo.

Silva, C. G. M. (2002). O Significado da fidelidade e as estratégias para prevenção da AIDS entre homens casados. *Rev. Saúde Pública, 36(4)*, 40-49.

Sprecher, S. & Mettes, S. (1999). Romantic Beliefs: their influence on relationships and patterns of change over time. *Journal of Social and Personal relationships, 16*, 834-851.

Suda, J. & Rumi, S., L. (2006). *Identidade Social em movimento: a comunidade japonesa na grande Vitória (ES)*. *Psicologia Social, 18(2)*, 72-80.

Tajfel, H. (1981). *Human Groups and Social Categories Studies in Social Psychology*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.

Vincent, L. (2005). *Por que nos apaixonamos - como a ciência explica os mistérios do amor*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ediouro.

Zordan, E. P. (2003). *O casamento na contemporaneidade: motivos, expectativas, atitudes e mitos*. Dissertação de Mestrado em Psicologia – Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre.

Zordan, E. P., Falcke, D. & Wagner, A. (2005). Copiar ou (re) criar? Perspectivas histórico-contextuais do casamento. In: Wagner, A. (Org.). *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares* (pp. 47-65). 1. ed. Porto Alegre: Edipucrs.

CAPÍTULO 4

A Psicologia Ecológica de Roger G. Barker

Carlos Eduardo Pimentel
Zenith Nara Costa Delabrida
Hartmut Günther

A teoria¹ é imprescindível para o desenvolvimento das ciências, incluindo a psicologia ambiental. Verifica-se a psicologia ecológica de Roger G. Barker como uma referência para a pesquisa ambiental (Lee, 1976). Apesar do desenvolvimento de teorias de alcance mais limitado, dificuldades foram registradas quanto a uma teoria de âmbito mais geral, como uma teoria para o ambiente físico ou uma teoria unificadora (Sundstrom, Bell, Busby & Asmus, 1996). Estes autores destacaram a psicologia ecológica, que inclui o conceito de *behavior setting*, entre as principais teorias que tem orientado a pesquisa empírica. Em razão desta relevância, pretendemos neste capítulo expor esta clássica teoria da psicologia ambiental, a psicologia ecológica de Barker (Barker

1 O glossário da *American Psychological Association* (APA) define teoria como: “um conjunto organizado de conceitos que explicam um fenômeno ou classe de fenômenos” (APA, 2009). O Dicionário Aurélio Online define teoria como: “s.f. Conhecimento especulativo, ideal, independente das aplicações. / Conjunto de regras, de leis sistematicamente organizadas, que servem de base a uma ciência e dão explicação a um grande número de fatos. / Conjunto sistematizado de opiniões, de ideias sobre determinado assunto. / Fam. Utopia, irrealidade”. Para uma discussão do valor das teorias na ciência recomenda-se Chalmers (1982) ou Gelso (2005). Para a definição, o valor e uso da teoria na psicologia e pesquisa e termos relacionados como hipótese, modelo, paradigma, programas de pesquisa vejam Chalmers (1982), Creswell (2009), Nick e Rodrigues (1977) e O’Donohue (2007).

& Wriqth, 1949; Barker, 1968), considerada um paradigma para a pesquisa em psicologia ambiental (Stokols & Montero, 2002). Este empreendimento se desenvolve tendo em vista fundamentalmente o conceito-chave de *behavior setting*.

A importância deste intento reside na utilização desta teoria e, de forma particular do conceito de *behavior setting*, em pesquisas de várias áreas da psicologia, como na psicologia clínica, psicologia social, comunitária, organizacional, ambiental e outras disciplinas como a arquitetura e educação, demonstrando sua ampla possibilidade de aplicação. Portanto, iniciamos apresentando a psicologia ecológica, caracterizando-a e destacando sua importância para a psicologia ambiental. Após, o foco passa a ser no conceito de *behavior setting*, pesquisas iniciais, definições e aspectos estruturantes do conceito e critérios que podem ser utilizados na pesquisa empírica na atualidade.

PSICOLOGIA ECOLÓGICA

A relação entre pessoas e ambiente - físico, seja natural ou construído - está no núcleo da definição da psicologia ambiental (Günther, Pinheiro & Guzzo, 2004; Günther, 2009; Günther & Rozestraten, 1993). Nesta direção, há a importância da psicologia ecológica para a psicologia ambiental; como explicado por Bell, Greene, Fisher e Baum (2001): a psicologia ecológica tem conceituado as relações ambiente físico-comportamento como uma “via de mão dupla”. Seriam, portanto, relações de interdependência, de interdependências ecológicas, estudadas na psicologia ecológica de Barker, a qual vem sendo considerada uma teoria das relações entre comportamento e ambiente, ou *environment-behavior theories* (Bell et al., 2001).

Barker e Wrigth (1949) explicaram que o termo ecologia, oriundo da biologia (Wicker, 2002), vem do grego e significa casa, moradia, habitação, abrigo, terra ou pátria. Na biologia, o estudo da ecologia se refere ao habitat natural de plantas e animais (Barker & Wright, 1949). Na psicologia ecológica percebe-se que o interesse também recaiu no ambiente natural, tendo as pessoas no lugar de plantas e animais. Adicionalmente, Barker e Wright explicaram que tanto Lewin como Brunswick utilizaram o termo ecologia para se referir àquelas situações nas quais o comportamento ocorre naturalmente, em situações não-experimentais.

O termo psicologia ecológica pode se referir ao sistema conceitual de vários autores, como James Gibson, Egon Brunswick, Urie Bronfenbrenner, Fritz Heider, Kurt Lewin ou mesmo um retorno ao empirismo radical de Willian James (Heft, 2001). Todos estes autores são ecológicos, no sentido que enfatizaram a interdependência indivíduo-ambiente.

Neste trabalho, o foco recaiu na psicologia ecológica de Barker, tendo em vista sua importância especificamente para a psicologia ambiental. Bonnes e Bonaito (2002) consideram como pedra angular da psicologia ambiental Barker e o *behavior setting*, Sommer e o espaço pessoal e Altman com o comportamento social. Uma simples revisão no índice de reedições de um importante manual da disciplina mostrou que esta teoria vem sendo sistematicamente apresentada como umas das principais teorias da psicologia ambiental (Bell et al., 2001; Bell, Fisher, Baum & Greene, 1990; Fisher, Bell, & Baum, 1984). Assim como, esta teoria tem aparecido em capítulos nas edições do *Handbook of Environmental Psychology* (Barker, 1987; Wicker, 1987, 2002). Acrescente-se também que a psicologia ecológica tem se beneficiado da perspectiva transacional, considerada como a mais adequada para a psicologia ambiental (Altman &

Rogoff, 1987; Georgiu, Carspecken & Willems, 1996). Barker já foi considerado transacional em vários aspectos, este ponto de vista tem sido encorajado na psicologia e foi comparado ao paradigma quântico-relativista na física (Altman & Rogoff, 1987).

Em meados dos anos de 1940, ao publicar um artigo a respeito, Lewin é reconhecido como sendo o primeiro a enfatizar a importância de uma psicologia ecológica, sendo que seu interesse foi muito mais na influência da percepção do ambiente no comportamento das pessoas (Wicker, 1979). Lewin com seu conceito de espaço vital se preocupou com o ambiente tal qual este era percebido pela pessoa, que é afetada por esta percepção (Barker, 1968). Trata-se do ambiente psicológico que vai diferir do ambiente ecológico de Barker, que é o ambiente não-psicológico, o ambiente com suas propriedades extra-individuais. Esclareceu-se que este ambiente, morada ou habitat natural dos comportamentos, agrega condições físicas, geográficas, interações e agrupamentos sociais, processos políticos e econômicos, padrões ideológicos e instituições. Especificamente, trata-se do “meio não-psicológico, o qual rodeia o mundo psicológico e do qual o ambiente psicológico é em parte construído” (Barker & Wright, 1949, p. 132). Wicker explicou que a tarefa do desenvolvimento desta psicologia ecológica ficou a cargo dos associados de Lewin, ou seja: Roger G. Barker e Herbert F. Wright.

Nota-se, assim, que o marco histórico nos estudos da psicologia ecológica gira em torno de 1947 quando Barker e Wright iniciaram uma duradoura e produtiva fase de investigações para observar o comportamento cotidiano de crianças no, por eles fundado, instituto de pesquisa de Midwest Psychological Field Station, Oskaloosa, no Kansas (Barker, 1968; Torvisco, 1998; Wicker, 1979). Destacou-se que Barker e Wright

propuseram uma perspectiva ecológica para a psicologia (Wicker, 2002). Sendo que a figura principal do desenvolvimento desta psicologia ecológica foi Roger Barker, que estava interessado no estudo dos acontecimentos do cotidiano, que ocorrem fora do laboratório e que fazem parte do dia-a-dia das pessoas (Carneiro & Bindé, 1997).

Seria, portanto, o traço característico desta teoria analisar: comportamentos no contexto, de modo inseparável do lugar onde ocorrem e não de acordo com a psicologia individual, focalizando na mente do indivíduo. Ao retirar o foco de atenção das variáveis individuais como pensamentos, atitudes, traços de personalidade, foi possível identificar unidades eco-comportamentais que mostram a interdependência comportamento-ambiente, traduzido no conceito de *behavior setting* (Pinheiro, 2011).

Na literatura especializada podemos verificar que a psicologia ecológica, dada sua importância, é vista por alguns pesquisadores como sinônimo da psicologia ambiental (Carneiro & Bindé, 1997). Mas no presente capítulo consideramos a psicologia ecológica como uma teoria das relações ambiente-comportamento que se insere no quadro mais geral da psicologia ambiental (Bell et al., 2001).

Na continuação tratamos do conceito fundamental de *behavior setting*, provavelmente o mais importante da psicologia ecológica. Este conceito-chave foi usado e operacionalizado na pesquisa empírica, tendo como base os pressupostos da psicologia ecológica. Por outro lado, dada a sua importância e extensão, este conceito que nasceu na psicologia ecológica de Barker tem por vezes sido representado como a própria psicologia ecológica (Delabrida, 2010). Justamente pela razão desta importância, este conceito é tratado a seguir.

BEHAVIOR SETTING

A crítica ao experimento de laboratório, no estudo das questões psicológicas, pode ser entendida como uma motivação inicial para o desenvolvimento da psicologia ecológica. Com a observação de crianças no seu habitat natural, Barker (1968) iniciou o desenvolvimento da área concluindo que o comportamento daquelas dependia de modo especial do contexto no qual elas estavam inseridas. Este postulado fundamental impeliu Barker a estudar o comportamento no ambiente onde ocorre, *in situ* (Barker, 1968). Apesar da afirmação se afigurar como óbvia faz-se necessário sublinhar que a explicação psicológica preferencial radicava nas metas e necessidades das crianças, como motivadoras dos seus comportamentos (Carneiro & Bindé, 1997).

Este seria um dos principais problemas a ser investigado pela psicologia ecológica, colocou Barker (1968): Como o ambiente seleciona e molda o comportamento das pessoas? Assim, explicou-se que a ênfase nos comportamentos dependentes do contexto e na situação objetiva levou Barker a cunhar a expressão *behavior setting* (Carneiro & Bindé, 1977). Neste sentido, uma criança em um *playground* opta provavelmente por comportamentos muito distintos daqueles que ela teria numa situação de maior controle social, como numa sala de aula. Se uma pessoa, portanto, habita um *behavior setting*, às vezes tratado simplesmente por *setting* (Pekins, 1982), tende a se comportar de acordo com as regras explícitas do ambiente, do contexto (Lee, 1976), seja um jogo, uma aula ou uma praça, entre outros.

O *behavior setting* pode ainda ser melhor entendido por meio da descrição de suas características dinâmicas e estruturais (Barker, 1968). Este autor apresenta o conceito como tendo

aspectos dinâmicos e estruturais. Os padrões de comportamento seriam estruturais e ocorrem em um contexto circunjacente. Os demais aspectos conferem dinamicidade ao fenômeno. Dessa forma, Barker (1968) explicou que o *behavior setting* compreende: (a) padrões estáveis de comportamentos; (b) e que estes padrões estáveis de comportamentos são considerados no meio; (c) e que este meio é tido como circunjacente ao comportamento; (d) e ainda é sinomórfico ao comportamento; pois é similar à sua estrutura; (e) e os componentes do meio-comportamento são classificados como sinomorfos; (f) os sinomorfos têm graus de interdependência específicos e (g) os sinomorfos têm um grau mais elevado de interdependência entre sinomorfos do que entre os constituintes (as partes) do *behavior setting*.

Um padrão estável de comportamentos é outro exemplo de unidade de comportamento, como o comportamento reflexo ou grupal. Na pesquisa original de Barker (1968), têm-se como exemplos de padrões estáveis de comportamentos o jogo de basketball ou uma lição de piano, os quais são definidos temporal e espacialmente. Isto é, o jogo acontece na quadra esportiva e começa de 9 horas e termina às 11 horas. Mas é importante destacar que estes padrões não se referem a características particulares dos indivíduos, mas extra-individuais, as quais persistem independentemente dos indivíduos (Barker, 1968). Sendo que estes padrões de comportamentos se inserem no meio, que envolve partes de uma cidade (ambiente construído) e elementos naturais, como a vegetação e a hidrografia. O meio que se compõe de lugares, coisas e tempos. É um meio que tem limites físicos, temporais e é circunjacente ao comportamento, no sentido de que circunda, cerca, envolve, rodeia o comportamento.

Tal meio é sinomórfico ao comportamento. Isto é: uma aula de música, como exemplificou Barker (1968), com seu

começo e fim impõe limites ao comportamento musical (na aula). Ainda os componentes, as partes do sistema meio-comportamento são sinomórficas. Barker explicou que nas ciências físicas como nas comportamentais não se tem considerado esta característica. Comportamentos não são vistos como partes integrantes dos fenômenos estudados pelo físico, assim como os aspectos físicos dos comportamentos não tem sido considerados pelos psicólogos como essenciais. Neste sentido, destaca-se que “Barker é reconhecido por ter proposto a integração dos contextos físico e social, no estudo do comportamento humano” (I. Günther & Cunha, 2004, p. 149).

O conceito de *behavior setting* “surge da idéia de que comportamento é ligado à local” (I. Günther & Cunha, 2004, p. 150). Este conceito também foi desenvolvido na teoria do *behavior setting* (Barker, 1968; Barreto, 2009; Schoggen, 1989). O *behavior setting* ainda pode ser entendido como um conceito multidimensional, constituído de características físicas, comportamentais e temporais do ambiente individual no presente, ou imediato (Price & Blashfield, 1975) e pode ser tratado como uma variável independente (Schoggen, 1989).

A tradução literal do termo *behavior setting* é o contexto no qual ocorre uma série de comportamentos e que explicita a interrelação comportamento e sua envolvente física. O *behavior setting* já foi traduzido como padrões repetitivos de atividades que se sucedem num dado local ou “quadros de comportamentos” (Lee, 1976, 35) ou mesmo como um “cenário comportamental” (Günther & Rozestraten, 1993). No entanto, Pinheiro (2011) alerta que nenhuma das traduções expressam a relação bidirecional entre comportamento e ambiente, um ecocomportamento, proposta por Barker sendo assim justificado a manutenção do termo em inglês. As traduções enfatizam a

relação figura-fundo da relação e não destacam o foco principal que é a interdependência (Pinheiro, 2011).

O *behavior setting* se refere à “unidade ou conjunto natural relacionado com a organização dos acontecimentos da vida diária, na qual se desenvolve o comportamento ou ação humana” os quais são limitados no tempo e espaço (Carneiro & Bindé, 1997, p. 365). Estes autores ainda ofereceram exemplos de *behavior settings* como sendo uma aula de piano, um show de *rock*, uma reunião sindical, uma audiência jurídica ou uma missa de domingo. O *behavior setting*, além disso, funda-se na interdependência de padrões de comportamentos coletivos, de grupos de pessoas, com o contexto físico, o ambiente construído (Bell et al., 2001).

Portanto, *behavior settings* são conceituados como tendo atrelados atributos físicos e comportamentais no mesmo fenômeno. São considerados “padrões de comportamento vinculados a uma localização geográfica e ocorrendo em períodos regulares de tempo, expressa a relação de interdependência entre ambiente e comportamento” (Pinheiro, 2011, pp. 88 e 89).

Para um melhor entendimento do conceito de sinomórfos, um dos fundamentos do *behavior setting*, inclui-se a característica de grau de interdependência. Barker (1968) explicou que Lewin estabeleceu o critério de interdependência para todos os sistemas, sejam físicos, fisiológicos, econômicos ou *behaviors settings*. Barker sublinhou adicionalmente que estes princípios de interdependência podem ser aplicados para a definição de unidades na comunidade, tais como poluição do ar, águas, unidades de informações ou grupos de amigos.

Nem todos os acontecimentos da vida diária, todavia, podem ser chamados de *behavior setting*. Para um determinado ambiente físico ser considerado como um *behavior setting*, primeiro esse ambiente deve ser público, ou seja, estar fora

da esfera privada e atender alguns critérios ou propriedades variáveis que o caracterizariam como um *setting* (Wicker, 1987). As propriedades se referem à localização geográfica, delimitação temporal, população participante, modelos de ação, mecanismo de comportamento, inserção e função nesse ambiente, pressão regulatória, autonomia e bem-estar (Barker, 1968).

Para testar se um ambiente poderia ser considerado um *behavior setting*, Barker (1968) investigava se havia uma sinomorfia comportamento-meio, ou seja, se havia uma interdependência entre comportamento e ambiente físico. Para isso utilizava de cinco critérios principais: 1) se havia um padrão de comportamentos, um programa, ou seja, se os comportamentos que ocorriam ali eram independentes das pessoas que os desempenhavam; 2) se esses comportamentos eram ligados a um meio particular complexo que apresentaria as propriedades descritas acima; 3) se ocorriam em um determinado tempo-espço; 4) com sinomorfia entre comportamento e o ambiente físico onde o comportamento ocorria. Explicou a respeito que o sinomórfico do limite de um campo de futebol (contexto ou ambiente) é o limite do próprio jogo de futebol (comportamentos) e 5) se o ambiente físico era circunjacente ao comportamento. Estes critérios podem ser aplicados e operacionalizados para a pesquisa empírica na atualidade que queira se basear no *behavior setting* (Delabrida, 2010). Na sua aplicação prática, foi demonstrado que a previsibilidade do comportamento dos ocupantes de um *behavior setting* é maior quando se conhece o programa do *setting* que quando se conhece características individuais dos seus ocupantes (Pinheiro, 2011).

Além desses critérios, para complementar a descrição de um *behavior setting* descreve-se ainda três conceitos adicionais. São conceitos que tratam do funcionamento geral de qualquer *behavior setting*, já levando em consideração as

propriedades descritas. O primeiro conceito é de circuitos de programa e auxilia na compreensão de que atividades sempre ocorrem de maneira similar no setting. O segundo conceito é de circuitos de manutenção, que viabiliza a manutenção do sistema do setting como um todo. O último conceito se refere aos genótipos do *behavior setting*. São *settings* que podem ser agrupados quando possuem programas semelhantes em vários níveis de abstração. São *behavior settings* com similaridades fundamentais (Schoggen, 1989). Por exemplo, todas as aulas de matemática do terceiro ano em uma determinada escola podem ser consideradas pertencentes ao mesmo genótipo ou todos os postos de gasolina de uma determinada cidade (Barker, 1968; Carneiro & Bindé, 1997; Sommer & Wicker, 1991).

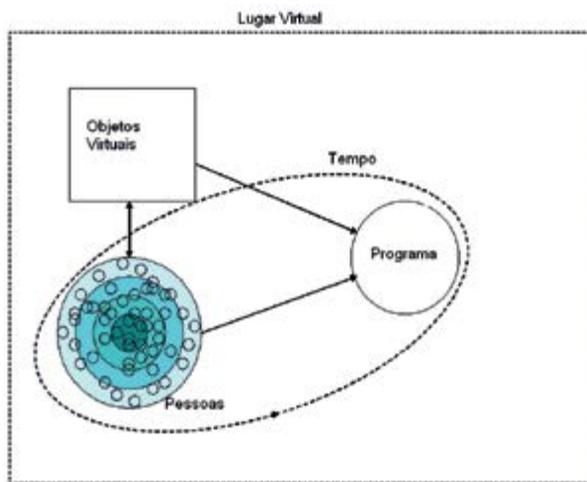


Figura 1. Representação de um behavior setting virtual (adaptado de Blanchard, 2004).

Para concluir, apresenta-se uma representação em 2D que mostra como este sistema funcionaria, é uma adaptação da representação elaborada por Blanchard (2004). Nesta

representação, podem-se verificar os elementos-chave do *behavior setting*. As pessoas e objetos com suas setas bidirecionais representam a ideia de interdependência (sinomorfia), no núcleo da teoria. Esta sinomorfia mais clara neste caso se dá entre a pessoa e a máquina, o computador. Os objetos neste sentido podem ser a linguagem utilizada nas mensagens ou mais especificamente um *emoticon*, , os quais são utilizados para representar emoções como raiva, alegria ou tristeza. O programa está ligado a todos os elementos do *behavior setting* e pode ser entendido como o conjunto de comportamentos das pessoas para o funcionamento desse sistema. O tempo e o lugar são elementos chaves para delimitar o *behavior setting*. O lugar é a delimitação físico-espacial e o tempo é a delimitação temporal. Esses elementos devem ser entendidos como em um filme que se assiste de forma a se perceber a sua modificação na duração de cada *behavior setting*.

CONCLUSÕES

Em resumo, buscamos apresentar de forma clara a psicologia ecológica na perspectiva barkeriana, considerando de modo crucial a ideia de *behavior setting*. O desenvolvimento desse conceito pode ser considerado um grande avanço no entendimento da relação pessoa-ambiente ao relacionar o ambiente, o comportamento e o tempo. Acreditamos que a teoria em análise mostrou as funções esperadas de uma teoria científica, pois demonstrou seu valor heurístico, fomentou a pesquisa, levou a elaboração de hipóteses e interpretação de resultados (Gelso, 2005). A propósito, vale repetir uma vez mais a tão divulgada frase; como diria Lewin, “nada mais prático como uma boa teoria”.

Consideramos que a psicologia ecológica é uma perspectiva teórica importante para se entender diversos problemas não só da psicologia ambiental, mas de outras psicologias e disciplinas científicas. Esta perspectiva também soa interessante para uma descrição integrada das relações ambiente-comportamento (Günther, 2009). Mais importante destacarmos que, a despeito das críticas, análises empíricas têm oferecido apoio à teoria (Sundstrom et al., 1996). Concluiu-se que “as ideias básicas da psicologia ecológica tem sido reconhecidas e validadas pela psicologia e além dela” (Scott, 2005, p.321). Esta teoria continua sendo considerada em trabalhos recentes (Blanchard, 2004; Brown et al. 2007; Gifford, 2007; Stokols et al., 2009; Wicker, 2002) inclusive na psicologia no contexto nacional (Barreto, 2009; Delabrida, 2010).

No entanto, é importante que a teoria continue sendo submetida a testes rigorosos no confronto com a realidade, os quais são importantes também para refinamentos e extensões. Esta convicção motivou a realização e divulgação deste capítulo. Esperamos ter conseguido a clareza necessária para a exposição de uma teoria cuja densidade dos seus escritos originais foi tida como um empecilho para a sua utilização (Scott, 2005). Com o desejo de que seja útil, exortamos que os pesquisadores em nosso país considerem esta teoria como uma possível aliada para a compreensão dos seus problemas de pesquisa.

REFERÊNCIAS

Altman, I., & Rogoff, B. (1987). World views in psychology: Trait, interactional, organismic, and transactional perspectives. In: D. Stokols & I. Altman (Eds.) *Handbook of environmental psychology* (pp. 7-40). New York: Wiley.

American Psychological Association (2009). *Psychology glossary*. Retirado em 3 de julho de 2009 de <http://www.psychologymatters.org/glossary.html#t>

Barker, R. (1968). *Ecological psychology: Concepts and methods for studying the environment of human behavior*. Stanford, CA: Stanford University Press.

Barker, R. (1987). Prospecting in environmental psychology. In: D. Stokols & I. Altman (Orgs.), *Handbook of environmental psychology* (Vol. 2, pp. 1413-1432). USA: New York, John Wiley & Sons.

Barker, R., G., & Wright, H.F. (1949). Psychological ecology and the problem of psychosocial development. *Child Development*, 3, 131-143.

Barreto, F.F.P. (2009). *Behavior settings e redes de settings: Estrutura e dinâmica residenciais nas superquadras de Brasília*. Tese de Doutorado Não-Publicada. Universidade de Brasília, Brasília.

Bell, P.A., Fisher, J.D., Baum, A., & Greene, T.C. (1990). *Environmental psychology*. Fort Worth: Harcourt Brace Jovanovich College Publishers.

Bell, P.A., Greene, T.C., Fisher, J.D., & Baum, A. (2001). *Environmental psychology*. Estados Unidos: Thomsom.

Blanchard, A. (2004). Virtual behavior settings: An application of behavior setting theories to virtual communities. *Journal of Computer Mediated Communication*, 9(2). Retirado em 1 de junho de 2009 de <http://jcmc.indiana.edu/vol9/issue2/blanchard.html>

Bonnes, M. & Bonaiuto, M. (2002). Environmental Psychology: From Spatial-Physical Environment to Sustainable Development. In: Bechtel, R.; Churchman, A.

(Eds.), *Handbook of Environmental Psychology*. New York: John Wiley & Sons, Inc. p. 28-54.

Brown, L., Shepherd, M., Wiruk, S., & Meissen, G. (2007). How settings change people: Applying behavior setting theory to consumer-run organizations. *Journal of Community Psychology*, 35(3), 399-416

Carneiro, C., & Bindé, P.J. (1997). A psicologia ecológica e o estudo dos acontecimentos da vida diária. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 2, 277-285.

Chalmers, A. (1982). *O que é Ciência, afinal?* São Paulo, SP: Editora Brasiliense.

Creswell, J. W. (2009). *Research design: Qualitative, quantitative and mixed methods approaches*. California: Sage Publications Inc.

Delabrida, Z. N. C. (2010). *O cuidado consigo e o cuidado com o ambiente físico: estudos sobre o banheiro público*. Tese de Doutorado Não-Publicada, Universidade de Brasília, Brasília.

Gelso, J.T. (2005). Applying theories to research: The interplay of theory and research in science. In: Austin & F.T.L. Leong (Orgs.), *The psychology research handbook: A guide for graduate students and research assistants* (pp. 455-463). London: Sage Publications Ltd.

Georgiu, D., Carspecken, P.F., & Willems, E.P. (1996). An expansion of Roger Barker's behavior setting survey for an ethno-ecological approach to person-environment interactions. *Journal of Environmental Psychology*, 16, 319-333.

Gifford, R. (2007). Review essay: "Ecological Psychology in Context" by Harry Heft. Revisiting Gibson, Barker, and James' radical empiricism - And rethinking environment

and environmental experience. *Journal of Environmental Psychology*, 27, 1-13.

Günther, H. (2009). The environmental psychology of research. *Journal of Environmental Psychology*, 29, 358-365.

Günther, H., Pinheiro, J. Q., & Guzzo, R. S. L. (2004). *Psicologia Ambiental: Entendendo as relações do homem com seu ambiente*. Campinas, SP: Ed Átomo & Alínea.

Günther, H., & Rozestraten, R.J.A. (1993). Psicologia ambiental: Algumas considerações sobre a sua área de pesquisa e ensino. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 9, 109-124.

Günther, I.A., & Cunha, L.F. (2004). Onde encontrar os jovens na psicologia ambiental? In: H. Günther, J.Q. Pinheiro & R. S. L. Guzzo (Eds.), *Psicologia ambiental: Entendendo as relações do homem com seu ambiente* (pp. 147-166). Campinas, SP: Editora Alínea.

Heft, H. (2001). *Ecological psychology in context: James Gibson, Roger Barker, and the legacy of William James's radical empiricism*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Lee, T. (1976). *Psicologia e meio ambiente*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores.

Nick, E., & Rodrigues, H. (1977). *Modelos em psicologia*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores.

O'Donohue, W. (2007). What are theories? How good are they? And are theories in any way different in psychology? *Applied and Preventive Psychology*, 12, 33-34.

Pinheiro, J. Q. *Behavior Setting*. In: Cavalcante, S.; Elali, G. A. (orgs.) *Temas Básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 234-242.

Price, R.H., & Blashfield, R.K. (1975). Explorations in the taxonomy of behaviors settings: Analysis of dimensions and classifications of settings. *American Journal of Community Psychology*, 3, 335-351.

Schoggen, P. (1989). *Behavior settings: A revision and extension of Roger G. Barker's ecological psychology*. Stanford: California, Stanford University Press.

Scott, M.M. (2005). A powerful theory and a paradox: Ecological psychologists after Barker. *Environment and Behavior*, 37, 295-392.

Sommer, R., & Wicker, A. W. (1991). Gas station psychology: The case for specialization in ecological psychology. *Environment and Behavior*, 23 (2), 131-149.

Stokols, D., & Montero, M. (2002). Toward an environmental psychology of internet. In: R.B. Bechtel & A. Churchman (Orgs.), *Handbook of environmental psychology* (pp. 661-675). New York: John Wiley & Sons.

Sundstrom, E., Bell, P.A., Busby, P.L., & Asmus, C. (1996). Environmental psychology 1989-1994. *Annual Review of Psychology*, 47, 485-512.

Torvisco, J. M. (1998). Espacio personal y ecología del pequeño grupo. In: J.I. Aragonés & M. Amérigo (Orgs.), *Psicología ambiental* (pp.101-121). Espanha: Madrid, Ediciones Pirámides.

Wicker, A.W. (1979). *An introduction to ecological psychology*. California: Wadsworth, Inc.

Wicker, A.W. (1987). Behavior settings reconsidered: Temporal stages, resources, internal dynamics, context. In: D. Stokols & I. Altman (Orgs.), *Handbook of environmental*

psychology (Vol. 2, pp. 613-653). USA: New York, John Wiley & Sons.

Wicker, A.W. (2002). Ecological psychology: Historical contexts, current conception, prospective directions. In: R.B. Bechtel & A. Churchman (Orgs.), *Handbook of environmental psychology* (pp. 114–126). New York: John Wiley & Sons.

CAPÍTULO 5

Trabalho, Aposentadoria e Subjetividade

Anna Karenyna Guedes de Morais Lima

Thaís Augusta Máximo

Jessika Sonaly Vasconcelos Barbosa

Atualmente a categoria conceitual trabalho tem adquirido novos sentidos e configurações. Contudo, segundo Dejours (2011), o trabalho permanece como sendo central na vida dos sujeitos, se constituindo como via de acesso privilegiada do sujeito à cidadania. Seguindo essa compreensão, Oliveira (2008) afirma que o trabalho é responsável pelo ato de produção e reprodução da vida humana. Ou seja, é a partir do trabalho que o homem torna-se ser social, diferenciando-se de todas as formas não humanas.

Gernet e Dejours (2011) alegam que o envolvimento no trabalho pode ser um mediador insubstituível na estabilização e na ampliação da identidade dos sujeitos. No entanto, o investimento apaixonado no trabalho, do qual depende o desenvolvimento de habilidades e do saber-fazer, pode igualmente levar a colocar em perigo a identidade.

França (1999) afirma que existem pessoas que constroem toda a sua identidade vinculada apenas a uma área de interesse: o trabalho. Estas pessoas podem estar, sem querer, construindo uma aposentadoria difícil. A definição de si próprias e a forma como se apresentam a alguém ocorrem invariavelmente em função do trabalho.

Deste modo, o afastamento do trabalho provocado pela aposentadoria se apresenta como uma grande perda na vida social, o que pode conseqüentemente, afetar a sua estrutura psicológica.

A aposentadoria significa a saída de um trabalho regular e, normalmente, o termo está associado à idade. Entretanto, ser jovem ou velho para o trabalho não diz respeito apenas a uma avaliação da capacidade física, mental ou psicológica para o trabalho, mas diz respeito também aos contextos demográfico, histórico, sociocultural, econômico e político nos quais o trabalhador está inserido (França, 1999).

O clima de insegurança quanto ao que fazer após uma “interrupção” de sua rotina, com a aposentadoria, pode gerar situações preocupantes que vão interferir na imagem do trabalhador, provocando novos medos de uma mudança em que ele não gosta de pensar.

O aposentado se sente rejeitado, sem planos para o futuro. Por esse motivo, a grande maioria das pessoas não aceita a aposentadoria. Muitos não pensam sobre o assunto e quando acontece vivem momentos de inquietação e crise (Romanini, Xavier & Kovaleski, 2005).

Mais do que em qualquer outra profissão, os últimos anos do exercício da docência surge o desafio de concluir essa etapa, podendo emergir como uma prova para avaliar a capacidade de desvinculação das responsabilidades e do ambiente onde as atividades eram desenvolvidas (Hopf, 2002).

Dessa maneira, este estudo teve como objetivo analisar os sentidos do trabalho e da aposentadoria para professores de ensino superior que já tenham cumprido os requisitos para a aposentadoria, mas ainda permanecem em atuação.

Com o intuito de fundamentar esta pesquisa, especialmente no que se refere às questões relativas aos sentidos

do trabalho, às relações entre atividade e subjetividade e à função psicológica do trabalho na vida das pessoas, a abordagem da Clínica da Atividade foi escolhida tendo em vista o fato desta se mostrar interessada em analisar essas questões.

Clot (2010) afirma que a atividade é uma provação subjetiva através qual o indivíduo avalia a si próprio e aos outros para ter a oportunidade de vir a realizar o que deve ser feito, ou seja, é a partir dessa observação e dessa avaliação que o indivíduo constrói sua subjetividade nas atividades que precisam ser executadas. Dessa forma, o autor ainda afirma que a atividade dos sujeitos é uma atividade triplamente dirigida, em direção a si próprio, ao objeto de trabalho e aos outros, a realização de uma co-análise sobre o desenvolvimento dos sujeitos, do coletivo e da situação é facilitada se for feita a partir de coletivos de trabalho (Clot, 2001).

Para Clot (2007), a função psicológica do trabalho, é uma função vital, pois trata-se de uma atividade que é ao mesmo tempo de conservação e de transmissão, e nisso ocorre o processo de invenção e de renovação de cada pessoa, se vendo como sujeito e como objeto da atividade.

MÉTODO

Participaram deste estudo nove sujeitos, sendo eles docentes de uma instituição pública de ensino superior da cidade de Campina Grande, que já cumpriram o tempo regulamentar para a aposentadoria (por idade, por tempo de serviço ou por contribuição) e mesmo assim continuam a trabalhar. Como instrumento, utilizou-se um roteiro de entrevista individual semi-estruturado, que versou sobre as seguintes temáticas:

Sentido do trabalho e da aposentadoria, as funções psicológicas do trabalho e as expectativas em relação à aposentadoria.

Os dados obtidos nas entrevistas foram trabalhados através de uma análise de conteúdo de Laville e Dionne (1999). Para preservar o sigilo dos participantes dos mesmos serão identificados neste artigo por uma sigla onde o E se refere à palavra Entrevistado e o número à ordem em que este participou da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização da amostra

Participaram deste estudo nove professores de uma instituição pública de ensino superior de Campina Grande, sendo oito mulheres e um homem, com idades compreendidas entre os 54 anos e os 60 anos. Eles faziam parte de quatro departamentos, a saber: Pedagogia, Ciências Biológicas, Fisioterapia e Psicologia. Quanto à formação acadêmica, seis possuem doutorado e três cursaram especialização. No que se refere ao regime de trabalho, oito atuam em Regime de dedicação Exclusiva, não tendo nenhum outro trabalho atualmente.

O tempo de profissão variou de 30 anos a 35 anos e quanto ao tempo na instituição varia de 25 anos a 34 anos. O salário variou entre 6.000 reais e 15.000 mil reais.

ATIVIDADE DE TRABALHO

Foi possível observar nas falas dos participantes que nenhum destes considera sua função apenas dar aula, relacionando-a também à orientação de alunos, pesquisa e

extensão. Como se pode observar em uma das falas: “Eu... Dou aula, eu oriento trabalhos de conclusão de curso, eu tenho projeto de extensão, eu sou do estágio supervisionado e eu coordeno a clínica escola” (E3).

Ao serem questionados sobre suas atividades, eles se detiveram explicitamente à dimensão da atividade real. Isto é, aquilo que efetivamente realizam. Nas análises, contudo, foi possível identificar que para dar conta dessas tarefas diárias, é necessária uma mobilização subjetiva intensa, que está envolvida na dimensão do real da atividade. Clot (2010) ressalta que a atividade é também o que não se faz o que é pensado, planejado, a atividade vai além do que se consegue ser executada ela está no pensamento do que fazer, na preparação, na tentativa de execução mesmo que não venha a ser concluída. O E1 afirma: “Tem que desmistificar essa visão que as alunas têm de criança, do papel social delas como educadora, então nesse planejamento de textos, compreensão, leitura nesse momento”.

A partir da tal fala podemos observar elementos do real da atividade presentes no papel do docente, pois, esse planejamento trata-se do que se é pensado, produzido e esquematizado para que a atividade possa ser colocada em prática. Nesse sentido, observa-se que a tarefa do professor, que seria dar aula, não se reduz simplesmente ao ato de entrar em sala de aula e lecionar. Nessa situação específica, a professora afirma sua preocupação em contribuir para uma formação transformadora em suas alunas.

As condições de trabalho são de grande importância para que o trabalhador possa produzir com qualidade. Dejours (1987) apresenta que é a organização do trabalho a responsável pelas consequências positivas ou negativas para o desenvolvimento e funcionamento psíquico do trabalho, afirmando que podem ocorrer vivências de prazer e/ou sofrimento no trabalho.

Clot (2007) afirma que todas as condições do desenvolver do trabalho e as condições do trabalhador, tem que está harmonizada, pois, se não, pode trazer conflitos para o trabalhador. Clot (2010) ainda confirma que a saúde é dada a partir do poder de agir sobre si e sobre o mundo, adquirido a partir dos outros. A amputação do poder de agir gera sofrimento.

Se a gente tivesse uma estrutura melhor.. pra trabalhar, para investir em pesquisa, que eu gosto muito de pesquisa isso é uma situação limitadora, de fato é (E.6).

Para Clot (2010), o sofrimento não é unicamente definido pela dor física ou mental, mas pela diminuição, ou mesmo pela destruição da capacidade de agir, do poder-fazer, sentida como um atentado à integridade de si.

Para conhecer o sentido que os trabalhadores dão às atividades que realizam, Viana e Machado (2011), esclarecem que é preciso considerar a relação que eles mantêm com as tarefas que desempenham e com a organização do trabalho. Informações sobre suas histórias de vida e subjetividades são também relevantes.

Segundo Júnior, Canêo, Najm e Lunardelli (2009), o trabalho assume funções na vida do indivíduo, o que influencia a construção da identidade, determina o lugar que o mesmo ocupa na sociedade de produção, é uma fonte de renda e também uma fonte de relacionamento interpessoal.

O trabalho é tudo para qualquer ser humano, o trabalho é o que dignifica a pessoa o ser humano (E.8).

O trabalho é e continuará central em face à construção da identidade e da saúde, da realização pessoal, da formação das relações entre os homens e mulheres, da evolução da convivência e da cultura (Dejours, 2004).

Como lado positivo, os docentes relatam o contato com alunos e a grandeza que essa troca de contato traz para os mesmos.

A gente dá mais também a gente recebe, a gente aprende, a gente quando está numa sala de aula, a gente não só ensina, a gente não só leva... A gente aprende muito com o aluno (E.4).

Clot (2007), afirma que a atividade de trabalho é dirigida, pois, não há atividade sem sujeito. Não é dirigida apenas pelo comportamento do sujeito, ou por meio do objeto da tarefa, mas também é dirigida ao outro. Sem o outro a atividade não faz sentido. Uma atividade será sempre resposta de outra atividade, como podemos observar na fala seguinte:

Eu acho que mais interessante é a curiosidade do aluno e em contra partida a possibilidade de a gente diante dessa curiosidade ampliar os horizontes dessa pessoa (E.7).

No que se refere aos sentidos atribuídos para a aposentadoria, muitos relatam perceber mudanças na maneira pela qual são vistos pelos outros. Nesse período, frequentemente detalham fantasias sobre como acreditam que a aposentadoria será. Essas fantasias podem tanto ser antecipações realistas do futuro, quanto totalmente irreais, ajudando ou prejudicando respectivamente a adaptação à aposentadoria (Atchley, 1999 como citado em Magalhães, Krieger, Stralioetto & Poeta, 2004).

Aparentemente eu tinha esse sonho, só pensava em me aposentar, hoje sinto um peso, mas não sei nem explicar, é como um fim dá uma sensação de final, talvez porque estou se perspectiva do que vou fazer então não é uma posição satisfatória... trabalhou até hoje e parou, parece morrer entendeu. Eu acho isso ai é quase como um luto. É você parar no tempo (E.4).

A ideia do trabalho como formador de identidade coloca a aposentadoria como encerramento dos vínculos empregatícios, como uma morte. Parar de trabalhar significa perder uma identidade. E mais, a visão do trabalho é positiva e a aposentadoria, ou não trabalho, representa uma passagem para a solidão e o tédio (Moreira, 2011).

Para os entrevistados a aposentadoria representa algo que virá junto a alguns sofrimentos, como a inutilidade, a solidão, o medo. Acerca do sofrimento, Clot (2001) cita as idéias de Ricouer (1990), para o qual o sofrimento não é definido apenas pela dor física ou mental, mas também pela redução, ou mesmo pela destruição da capacidade de agir, do poder-fazer, sentida como um atentado à integridade de si.

Enriquez (1999) chama atenção para as consequências da falta de trabalho sobre os indivíduos. Segundo o autor, sabe-se que sua perda provoca uma ferida profunda na identidade das pessoas, cooperando para a desagregação de suas personalidades. Por se tratar, muitas vezes, do centro da vida do trabalhador, sua perda gera danos no sentido de vida, o trabalho como centro pode ser uma afirmação da autoestima.

No tocante à permanência no trabalho, pode-se perceber que todos os entrevistados que já estão em total condição de se aposentar, não a buscaram por se sentirem ainda capacitados para desenvolver suas atividades docentes.

É me sentir ainda capaz, produtiva, gostar do que eu faço me identificar bastante com o que eu faço... Então o que me faz continuar trabalhando é gostar do que eu faço e me sentir inserida nesse contexto do trabalho (E.2).

Para os mesmos parar de trabalhar significa se sentir incapaz de realizar suas funções significa se desligar de algo que há muito tempo faz parte de suas vidas. Desta forma, o trabalho mais uma vez se mostra central na vida dessas pessoas, pois é através dele que eles se sentem ativos, vivos. É o trabalho o responsável pelas relações interpessoais. E isso é confirmado através de algumas falas explanadas a seguir:

Viver, pra mim o trabalho é vida, é comunicação, é fazer amigos, usar a expressão, pra mim é viver, pra mim trabalhar é viver (E.6).

Dada a centralidade do trabalho na vida das pessoas, a aposentadoria e o rompimento com o emprego pode ser considerado uma das mais importantes perdas da vida social. Em muitos casos, o aposentado foi ligado ao ócio e à inutilidade, causando, assim, no mesmo, um sentido de rejeição, afetando, inclusive, o psicológico dessas pessoas.

Quanto às expectativas para a aposentadoria, de acordo com Carlos, Jacques, Larratúa e Heredia (1999) o processo de rompimento com o trabalho formal muitas vezes coincide com o aumento do fator idade e, frequentemente, com o surgimento de doenças. Embora nestes casos se apresente uma justificativa para a ausência de trabalho, algumas perdas de ordem física, psicológica e social simultaneamente tornam a decisão de se aposentar difícil ou ambivalente.

Rodrigues, Ayabe, Lunardelli e Caneo (2005) afirmam que o modo de enfrentamento diante da necessidade de reestruturação da vida pode variar de indivíduo para indivíduo. Dessa forma, para indivíduos que possuem uma autoconfiança diminuída, baixo grau de planejamento de vida pós-aposentadoria, preocupações financeiras e com a saúde, o período que antecede a aposentadoria pode vir a ser enfrentado com ansiedade e desencadear desequilíbrios tanto no aposentado como na estruturação de sua família e de seus demais vínculos.

Essa coisa da aposentadoria, porque eu não consigo me imaginar sem ser uma pessoa que faz o que gosta, que produz, que tá na ativa, eu ainda tenho muito essa ideia que o aposentado é inativo e eu não quero está inativa, não porque ganho menos mas porque eu quero está fazendo alguma coisa que me dê sentido (E.2).

As consequências negativas mais imediatas provocadas pela aposentadoria são a diminuição sensível da renda familiar, a ansiedade frente ao vazio deixado pelo trabalho e o aumento na frequência de consultas médicas. Muitos gostam do que fazem, da empresa e/ou das relações sociais mantidas, e não querem se aposentar. Outros querem se aposentar, mas desejariam continuar com uma atividade profissional. Outros querem realmente parar de trabalhar, mas não têm planos sobre o que fazer após a aposentadoria. Pode existir ainda certa euforia que leva algumas pessoas a dizer que irão realizar vários projetos, mas dificilmente elas saberão detalhar seus desejos na hora de se aposentar (França, 1999).

Ser professor aposentado para os entrevistados tem um sentido de não utilidade, para alguns dos entrevistados

representa ser esquecido, visto que deixarão de freqüentar as salas de aula e assim deixarão de ser os portadores de saberes para os demais.

Seria um professor que muito possivelmente ainda em uma idade extremamente produtiva, poderia ser mutilado nessa capacidade que a ele ainda assistiria no tocante a ministrar ou a distribuir, entregar a terceiros esses conhecimentos que ele ainda possui (E.7).

A aposentadoria representa um final o que não é uma situação cômoda para quem já estava acostumado a uma rotina. O retardamento desse momento na vida desses profissionais acaba se dando pelo medo de se tornar um alguém que mesmo estando em idade produtiva, acabará sendo esquecido pelos demais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi pesquisado e observado durante o desenvolvimento da pesquisa, pode-se concluir que se faz necessária uma maior preocupação por parte do sistema público e privado em pensar políticas e programas que auxiliem o idoso no processo de escolha pela aposentadoria e na construção de projetos pós aposentadoria, para que ele os materialize ao concluir seu período laboral.

Portanto analisando o sentido do trabalho e da aposentadoria para professores de ensino superior, pode-se verificar que o trabalho na vida dessas pessoas significa “viver” e que a aposentadoria significa “morrer”, ou seja, quando esses trabalhadores se vêem na ativa eles se sentem vivos, pois nos

seus ambientes de trabalho que estão a maior parte dos seus amigos; é o ambiente em que eles passam grande parte dos seus dias; e é nesse mesmo ambiente onde existe a interação social. Quando fala-se em morrer, significa dizer que muitos temem o esquecimento, o afastamento do meio social, a perda dos contatos e isso traz consigo uma grande perda que para alguns foi visto como a morte.

Dentro da perspectiva da clínica da atividade, faz-se necessário pontuar que esse entendimento acerca do trabalho e da aposentadoria não pode se restringir apenas ao meio acadêmico. É preciso a criação de políticas públicas e privadas que tenham um olhar diferenciado para esse momento da vida do trabalhador, que em todos os campos de trabalho possam haver debates com essa temática, sabendo-se que não é tão fácil se desligar, pois, grande parte de sua vida foi dedicada aquela atividade, fazendo com que exista uma novo pensar acerca do conceito e da vivência da aposentadoria.

Para a psicologia social e do trabalho, fica a reflexão sobre a necessidade de compreender o trabalho como indissociável do sujeito. Sendo assim, o desligamento dessa atividade pode trazer implicações psíquicas e sociais, caso essas mudanças não sejam discutidas e refletidas em conjunto com os trabalhadores.

REFERÊNCIAS

Carlos, S. A., Jacques, M. da G. C., Larratée, S. V & Heredia, O. C. (1999). Identidade, aposentadoria e terceira idade. *Est. Interdiscipl. Envelhec.* Porto Alegre, 1, 77-89.

Clot, Y. (2001). Clínica do trabalho, clínica do real. *Le Journal des psychologues*, nº185. França.

Clot, Y. (2007). *A função Psicológica do Trabalho*. Petrópolis: Vozes.

Clot, Y. (2010). Clínica da Atividade e Psicopatologia do Trabalho. In: Y. Clot. (Org.) *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte: Fabrefactum.

Clot, Y. (2011). Clínica do trabalho e clínica da atividade. In. P.F. Bendassolli, & L.A.P. Soboll (Orgs). *Clínicas do Trabalho* (pp.71-83) São Paulo: Atlas.

Dejours, C. (2011). O trabalho como enigma. In: S. Lancman & L.I. Sznelwar (Orgs.), *Christophe Dejours: Da Psicopatologia à Psicodinâmica do trabalho* (pp. 151-166). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15.

Dejours, C. (1987). *A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho*. São Paulo: Cortez.

Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Production*, 14(3), 27-34.

Enriquez, E. (1999). A perda do trabalho, perda da identidade. In M. R. Nabuco & A. Carvalho Neto (Orgs.), *Relações de trabalho contemporânea* (pp. 69-83). Belo Horizonte: IRT.

França, L. Preparação para a Aposentadoria: Desafios a Enfrentar. In: R. Veras (Org.) *Terceira Idade: Alternativas para uma sociedade em transição* (pp. 11-34). Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará/UnATI.

Gernet, I. & Dejours, C. (2011). Avaliação do trabalho e reconhecimento. In. P.F. Bendassolli, & L.A.P. Soboll (Org). *Clínicas do Trabalho* (pp.61-70) São Paulo: Atlas.

Hopf, A. C. O. (2002). Fico Ou Vou Embora? - Os Sentimentos Expressos Por Professores Diante da Aposentadoria. *R. da Educação Física/UEM*, 13,(2), 89-96. Recuperado em 20 de

fevereiro, 2013, de <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/viewFile/3661/2528>

Júnior, E. G., Mergulhão, L. R., Canêo, L. C., Najm, M. B. & Lunardelli, M. C. F. (2009). Considerações sobre a terceira idade e o mercado de trabalho: questionamentos e possibilidades. *RBCEH*, 6(3),429-437.

Laville, C. & Dionne, J. (1999). Das informações a comunicação. In: C. Laville & J. Dionne. *A construção do saber: manual de metodologia em ciências humanas* (pp. 197-231) Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG.

Magalhães, M. de O. Krieger, D. V. Vivian, A. G. Stralio, M. C. S. & Poeta, M. P. (2004). Padrões de ajustamento na aposentadoria. *Aletheia*, (19), 57-68. Recuperado em 20 de março de 2014, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942004000100006&lng=pt&tlng=pt

Moreira, J. de O. (2011). Imaginários sobre aposentadoria, trabalho, velhice: estudo de caso com professores universitários. *Psicologia em Estudo*, 16(4), 541-550. Recuperado em 15 de março de 2014, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722011000400005&lng=en&tlng=pt.

Oliveira, D. R. de. (2008). A centralidade do trabalho na Contemporaneidade. *Dialogus*, 4(1),217-226

Rodrigues, M., Ayabe, N., Lunardelli, M. C. F. & Caneio, L. C. (2005). A preparação para a aposentadoria: o papel do psicólogo frente a essa questão. *Rev. bras. orientac. Prof.*, 6(1), 53-62.

Romanini, D. P., Xavier, A. A. De P. & Kovaleski, J. L. (2005). Aposentadoria: Período de Transformações e Preparação. *Revista Gestão Industrial*, 1(3), 81-100.

Viana, E. A. S. & Machado, M. N. M. (2011). Sentido do trabalho no discurso dos trabalhadores de uma ONG em Belo Horizonte. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 46-55.

CAPÍTULO 6

Os CAPS e o trabalho dos usuários: Desafios a serem enfrentados

Paulo César Zambroni de Souza

Milton Athayde

Anísio José da Silva Araújo

TRABALHO E LOUCURA

Desde o início da psiquiatria, trabalho e “loucura” andam – paradoxalmente – ao mesmo tempo juntos e separados. A Psiquiatria nasceu trazendo a loucura para o campo de cuidados da Medicina. Pinel inaugurou o alienismo fundando o Asilo, no mesmo momento que Tuke fundou o Retiro. Às pessoas confinadas nesses espaços institucionalizados era atribuída uma “incapacidade de trabalhar”, que confirmava a necessidade de sua reclusão para tratamento, conforme mostra Foucault (1987, p. 78, grifo nosso): “[...] o momento em que a loucura é percebida no horizonte social da pobreza, da *incapacidade para o trabalho*, da impossibilidade de integrar-se no grupo [...]”.

O trabalho aparece aí por dois ângulos, estabelecendo um paradoxo: aquele designado “louco”, se por um lado foi julgado incapaz de conduzir-se e trabalhar, por outro, o trabalho foi utilizado como elemento fundamental no tratamento que a Medicina lhe dispensou, o chamado “tratamento moral” (Sousa, 2001, p. 60).

Se, então, supunha-se não haver em seu caso a capacidade de gerir-se na vida social e no trabalho, o trabalho para ele deveria ter função corretiva – a de reintroduzi-lo no reino dos normais – pois a indicação rigorosa do trabalho era o principal elemento do tratamento moral. No Brasil esta lógica se reproduziu – no que seria a “primeira reforma psiquiátrica brasileira” – com o esforço de Teixeira Brandão de construir, no final do século XIX, asilos identificados ao modelo de Colônia, com um ideário de ocupação e tratamento via trabalho (Amarante, 1982), denominando-os praxiterapia.

Ainda hoje, com o declínio do Manicômio – o que não significa sua extinção, visto existirem milhares de pessoas nele trancadas em vários países, além do processo de exercício da lógica manicomial nas novas modalidades de atenção – e o incremento de modalidades de tratamento abertas como os CAPS, o trabalho dos agora nomeados “usuários”² continua frequentemente tutelado pelos chamados “técnicos”. Nestas Unidades, ocorrem várias “oficinas”, geralmente conduzidas por técnicos que procuram categorizá-las segundo uma divisão corriqueira na Reforma Psiquiátrica no Brasil: ou são “expressivas”, ou são “produtivas”. Esta divisão parece-nos equivocada, pois supõe uma mútua excludência entre trabalho/produção e expressão: onde a pessoa se expressa não se manifestaria trabalho produtivo; e, por outro lado, onde ela produz, não estaria presente o expressar-se. Ora, é impossível (e, ao mesmo tempo invivível, como em Ergologia, registra Schwartz, 2011) ao humano trabalhar sem colocar algo de si, de seu (mesmo que no ínfimo, no infinitesimal, o

2 Expressão com a qual concordamos, na medida em que afirma que aquela pessoa pode e deve fazer uso de si/ do serviço que lhe é prestado. Criticamos sim seu uso banalizado (uma novílingua, como na ficção de G. Orwell, 1984?), conforme muitas vezes encontramos em nosso meio.

que não deve ser subestimado para sua vida e saúde), de modo que toda produção é também expressão e toda expressão é produção. Parece-nos haver, da parte dos técnicos, uma tentativa de estabelecer previamente o sentido que o usuário vai dar àquele trabalho. É como se lhes fosse dito: ‘neste espaço você só pode expressar-se; neste outro você só pode produzir’. Não bastasse isso, muitas vezes, o que se presencia nos CAPS é a realização de tarefas muito próximas aos clássicos ‘trabalhos em argila’ dos manicômios.

Paradoxalmente, se as pessoas com TMG são consideradas incapazes de trabalhar não obstante, elas frequentemente estão sim em atividade, muitas vezes querendo ser reconhecidas como potentes, capazes. Prescrever o trabalho dessas pessoas apenas como oficina, ou mesmo como psicoterapia pode ser adequado em quadros específicos. No entanto, tem-se aí um risco muito grande de reduzir a possibilidade de produção de sentido, de significação do trabalho dessas pessoas apenas enquanto mera “ocupação”, mesmo que psicoterapêutica, como muitas vezes vemos nas Unidades de saúde mental, onde os próprios usuários/pacientes frequentemente expressam o desejo de tomar a atividade que ali realizam em outra dimensão, com certa autonomia, para além da subordinação ao poder/saber daquele que o prescreve, correndo o risco de aí se estabelecer algo próximo da tutela.

Na comunidade científica pertinente é consensual o entendimento de que o trabalho exerce uma função fundamental na produção de saúde (ou de adoecimento), de modo que ele nunca é neutro em relação à saúde ou aos transtornos mentais (em seus diversos níveis de gravidade). Reiteramos que em determinados momentos as atividades ditas “ocupacionais” exercem um papel importantíssimo na estruturação psíquica, atuando com efeito terapêutico na possibilidade de estabelecer

laços sociais, na saída de uma inércia/passividade provocada muitas vezes pela própria gravidade do transtorno mental e exacerbado pelo isolamento social, como se tem visto em Unidades de Saúde Mental. De acordo com Caponi (1997, p. 300): “é preciso negar-se a tomar a saúde como propriedade da medicina”, ao que acrescentamos que é preciso negar também tomar a saúde e a vida como propriedade da psicologia ou de qualquer outra ciência ou profissão.

Neste texto utiliza-se a expressão “Transtornos Mentais Graves” (TMG), na medida em que podemos nos valer de conhecimentos produzidos no campo da psiquiatria – como se faz no âmbito da Reforma Psiquiátrica, tanto na prática dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) quanto na produção teórica ligada à própria Reforma (Zusman, 1999; Silva, Coutinho & Amarante, 1999) – cuidando para que estes não correspondam “(...) a uma etiquetagem e a uma estigmatização do doente (...)” (Basaglia, 1977, p. 13).

Os TMGs interferem na capacidade produtiva (em seu sentido ampliado, não apenas econômico-capitalista) das pessoas, em alguns momentos podem tornar seu convívio com os outros difícil, mas isto não significa que elas se tornem definitivamente incapazes de trabalhar. Compreender melhor como essas pessoas se colocam no trabalho, em atividade, pode ajudar a entender o que são os sofrimentos mentais patogênicos e entender melhor o que é trabalhar e o lugar que ele ocupa ou poderia ocupar na vida dos humanos.

Não é necessariamente desejável ter como projeto que uma pessoa com TMG se adeque às regras do mercado e consiga um emprego no quadro do trabalho formal ou informal. Um projeto como esse é algo com muita chance de levar a fracasso e frustração, que pode ser vivida tanto em nível de angústia e desilusão, além de problemas financeiros graves, considerando

o caso de alguém que perca os “benefícios”, já exíguos, da Previdência Social. A adequação do humano ao mercado de trabalho é algo complicado para qualquer pessoa, de modo que pode ser ainda mais para aqueles com TMG.

Do ponto de vista da constituição da espécie, a experiência-trabalho foi fundamental para configurar o humano. Do ponto de vista de cada humano, o trabalho é também fundamental para determinar que uma pessoa se (re)estruture, de uma maneira ou de outra, que ela (re)invente a si e ao mundo, se (re)construa, sendo neste sentido marcante para a configuração de cada humano em sua singularidade.

É um erro esquecer que essas pessoas apresentam, por vezes, alterações psicopatológicas específicas, e que é necessário levá-las em conta quando se deseja compreender que possibilidades são abertas para tais pessoas a partir de sua experiência de trabalho. Dito de outro modo, elas são capazes, em alguma medida, de gerir os debates de normas (Schwartz, 2000, na linhagem de Canguilhem) que toda situação de trabalho traz. Compreender o modo como pode ser possível o trabalho dessas pessoas pode ajudar a melhor entender o que são aquelas alterações psicopatológicas, além de ajudar a melhor compreender o que é o trabalho e sua dupla face e função enquanto produtor de saúde ou adoecimento.

Para Canguilhem (1999/1966, p. 130) “o que caracteriza a saúde é a possibilidade de ultrapassar a norma que define o normal momentâneo, a possibilidade de tolerar as infrações à norma habitual e de instituir novas normas em situações novas”. Assim, estar saudável supõe não se restringir ao que o meio coloca como tentativa de imposição, tentar viver e exercer diversas atividades em diferentes situações, correndo riscos até de adoecer e tentar levantar-se, mas nunca estando passivo frente ao que o meio coloca. Desta forma, para pessoas com

TMG, trabalhar em uma forma de organização que respeite suas idiossincrasias (suas formas de “dar o passo”) pode ter uma função fundamental para o desenvolvimento de sua autonomia e sua vida em sociedade.

RESERVA DE ALTERNATIVAS

Da mesma forma que o trabalho tem uma função importante para as pessoas com TMG, pode também ajudar a pensar formas de organização do trabalho que respeitem o humano. Schwartz (2000) referindo-se às recentes mudanças na forma de (des)valorizar o trabalho e aos constantes equilíbrios/desequilíbrios da relação de cada pessoa com o coletivo, cunha a noção de “reserva de alternativas”, como se apresenta a seguir:

(...) a maneira como a atividade as retratará torna largamente imprevisível o futuro dessas transformações. Imprevisibilidade devida às múltiplas reservas de alternativas que mantêm, hoje como antes, todas as atividades humanas; reservas cuja atualização em tal ou qual direção determinará as formas da dialética entre o polo I e os dois outros³, entre o local e o global. O que quer dizer que hoje, mais que nunca, este triângulo é lugar de debates de normas mais importantes, e que segundo a sorte que se lhes dará, segundo a visão e a luz que se colocará sobre as atividades humanas, se estenderá ou se obturará todos os tipos de alternativas possíveis pertinentes nestes debates (Schwartz, 2000, p. 703).

3 Neste contexto Schwartz fala de um espaço tripolar: Polo I, das gestões de si, de cada pessoa; Polo II, do mercado; Polo III da *politeia*, da vida cidadã.

As alternativas surgidas da/na atividade são, dentre outras, modos alternativos de trabalhar que não aquele imaginado pelo prescritor, que não se restringem às normas antecedentes (Schwartz, 2004).

O que se sabe da competência que as pessoas com TMG – historicamente colocadas à margem dos processos hegemônicos de produção – desenvolvem em seu trabalho? Que visibilidade se tem dado às suas atividades? Que reservas de alternativas estas atividades guardam e ampliam?

Trabalho envolve sempre estar ativo, o que supõe circulações, falta de limite preciso entre o que pode ser ou não considerado trabalho, da mesma forma que há sempre uma impossibilidade de circunscrever em limites precisos o que serão as atividades realizadas por uma pessoa e suas consequências, para ela e para o coletivo, mostrando que quando se trata do humano, individual ou coletivamente, é impossível inteiramente prever o que será capaz de fazer, pois não se pode “(...) antecipar exaustivamente toda atividade industriosa que se opera em um meio humano socializado, atravessado de história e de valores” (Schwartz, 1992 / 2000, p. 293) e que “(...) se se ignora este debate de valores não se compreende o trabalho” (Schwartz & Durrive, 2010, p. 24).

MÉTODO

Dez trabalhadores/usuários do CAPS Estação Mental, da Secretaria Municipal de Saúde de Barra Mansa – RJ foram convidados e participaram voluntariamente da pesquisa. Operamos com o dispositivo que, sob influência da Ergologia, denominamos *Conversas sobre o trabalho* com oito deles e realizados cinco *Encontros sobre o Trabalho*, outro dispositivo

técnico experimentado pela Ergologia (Schwartz & Durrive, 2010) com as pessoas que, dentre aquelas dez, demonstraram interesse e concordaram em participar. Das oito com quem foram realizadas as *Conversas*, sete concordaram que fossem gravadas. Seis delas foram realizadas no próprio CAPS, uma na biblioteca municipal e outra na casa da participante. Cada uma delas, sem prévia delimitação de tempo, durou entre cinquenta e noventa minutos, dependendo da maneira como fluía. Cada Encontro (todos realizados no CAPS) durou em torno de noventa minutos e foram também gravados em áudio.

Foi possível, deste modo, realizar a investigação com pessoas que trabalharam, trabalhavam ou relatavam ter vontade de trabalhar (dentro e/ou fora) no mercado de trabalho (formal e/ou informal), que realizavam trabalho doméstico em graus variados e que eram acometidas por transtornos mentais graves diagnosticadas pelos especialistas do serviço e se tratavam em um CAPS.

Com base em Athayde (1996), que defendeu a existência de uma forma de coletivo sócio-histórico que denominou “coletivo de rede”, entendemos que um agrupamento de pessoas diagnosticadas com TMG (identificados em diferentes entidades nosológicas), usuárias da mesma Unidade de Saúde Mental, interessadas na experiência-trabalho e na investigação a esse respeito, reuniam um conjunto de características que configuravam o que o Modelo Operário Italiano de luta pela saúde conceituou por “grupo homogêneo” (Oddone, Re & Briante, 1981), por mais que exercessem atividades de trabalho bastante distintas entre si. Experimentavam algo que veio acompanhado de um tipo de sofrimento (pessoal e frequentemente social), com afastamento, ao menos temporário, dos mundos do trabalho.

Das oito *Conversas*, sete foram gravadas em áudio. Márcia⁴ não autorizou a gravação. Com outra participante optou-se por não realizar esse procedimento, por ter sido alertado pelos técnicos do CAPS que ela muito facilmente estabelecia relações transferenciais amorosas, de modo que estar com ela em um espaço reservado poderia desencadear processos dolorosos para ela.

Os materiais foram analisados com inspiração na modalidade que se está experimentando na perspectiva da Ergologia, sob forte influência de Bakhtin (2011) e a Linguística Dialógica. Trata-se de uma análise que teve esta inspiração e influência, atentos à polifonia, aos movimentos discursivos, sem pretender efetuar uma análise como a faria um linguista.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A experiência-trabalho na vida

As pessoas com TMG que participaram da investigação relataram e demonstraram que queriam e eram capazes de trabalhar. Colocar-se em atividade, para qualquer pessoa, supõe enfrentar as dificuldades colocadas pelas condições e formas de organização do trabalho. Isto é, frente às situações de trabalho cabe compreender e negociar com as normas antecedentes e exercer sua capacidade de produzir novas normas (Canguilhem, 1999/1966), renormatizar (Schwartz, 2004). Mas, para elas, colocar-se em atividade supõe enfrentar, por vezes, enormes dificuldades em função das alterações psicopatológicas advindas dos TMGs, como aparece no diálogo abaixo, ocorrido em um dos Encontros:

4 Todos os nomes são fictícios.

Pesquisador – Mas vocês estavam falando da crise, ela vem e depois ela passa. Durante a crise a pessoa fica inválida? Ela não tem condições de fazer as coisas?

Robson – Não tem não, ela não tem condições de fazer.

Pesquisador – Não tem condições?

Robson – Mentalmente e fisicamente ela não tem condições de fazer.

Pesquisador – Por que você acha que não, Robson?

Robson – Ah, não tem.

Pesquisador – O senhor concorda, Olavo?

Olavo – Concordo com ele porque se a mente não produzir o corpo também não produz.

Para as pessoas com TMG, além de ter que renormatizar, que enfrentar as dificuldades colocadas pelas condições e a organização prescrita do trabalho, como qualquer pessoa, e ainda ter que lidar com alterações psicopatológicas, o que já não seria pouco, há que conviver com uma série de saberes socialmente difundidos, em parte apoiados por disciplinas (Foucault, 1987) que tendem a despotencializá-las quando se defrontam com uma situação de trabalho. Mas, ao defrontar-se com o trabalho, quiçá podem sair do lugar de improdutivos em que a sociedade as coloca.

Procuraremos a seguir, a partir do diálogo com as pessoas que participaram conosco da investigação de campo, lançar luz sobre o que fazem para superar aquelas dificuldades.

AULAS DE MOBILIZAÇÃO

Considerando todas as pessoas que participaram da pesquisa verificamos que há uma busca de caminhos, de desvios para conseguir trabalhar, apesar do TMG. É perceptível o quanto procuram (detectando, interpretando, equacionando) e conseguem soluções diante de situações difícilimas. Dão, de fato, aulas de mobilização, como demonstra Robson, que trabalhava como borracheiro, para quem o sentido do trabalho está ligado a estar com outras pessoas, a “fazer nós” (Athayde, 1996). O trabalho para ele tem relação com camaradagem, parceria, socialização, convivência, cooperação. Quando fala do trabalho na padaria, diz: “Aí eu trabalhei lá, fiz amigos lá”. Quando fala de quando foi demitido, diz:

Robson – Isso... é... desmotivou um pouco. Eu sempre gostei de trabalhar de turma, onde tenha bastante pessoas. É, isso, é. Não sou muito chegado em ficar sozinho não, entendeu? Eu não separo uma coisa da outra, tá trabalhando e tá com os colegas.

Para ele, a necessidade de estar em espaços compartilhados, de compor coletivos revelou-se fundamental, como é fundamental para o bom andamento do trabalho em segurança que cada pessoa que trabalha componha “entidades coletivas relativamente pertinentes” (Schwartz, 2010a, p. 149).

Outro participante, Olavo, que se apresentou como escritor, publicava seus próprios livros e os vendia no centro da cidade. Para ele, o elemento de memória se colocava como algo muito importante, por isso afirmava registrar todos os seus livros na Biblioteca Nacional. Quando perguntado se fazia isso para que ninguém roubasse sua obra, ele disse, gentilmente

passando ao largo de minha suposição jurídica e concorrencial de mercado:

Olavo - É justamente e pra preservar a memória também, porque é obrigado a fazer a contribuição legal. Quando sai qualquer publicação, é obrigatório que seja registrado na Biblioteca Nacional, pra preservar a memória do país, então tem que preservar a memória, então eu faço o depósito.

Olavo percebia a existência de valores não mercantis, sem dimensão, presentes em todo trabalho (Schwartz, 2004), em especial no trabalho de um escritor. Para vender seus livros, postava-se em um lugar de grande passagem de pedestres, no centro da cidade:

Olavo - Eu fui pegando as ideias, tem gente que para ali só para contar histórias e histórias longas, eu sempre escuto e fui comparando as ideias de outros escritores e fui lendo. Foi aí que eu percebi que mesmo com a esquizofrenia eu sou capaz.

A fim de obter autorização para vender seus livros em espaço público, utilizou-se de astúcia:

Olavo - Foi assim, no começo o fiscal passou e falou: 'você tem que ter uma autorização', e procurei a prefeitura, aí eles me deram uma autorização e falei: 'ôpa, já tá quebrando o galho', mas a autorização valia só pra aquele ano e quando acabasse o tempo eu tinha que arrumar outra autorização. Aí eu tive a ideia de, antes de pedir ajuda pra prefeitura, eu distribuí livros pras

escolas municipais. Eu pensei: ‘ôpa, eu vou tentar plantar o terreno, ganhar terreno’. Foi onde eu me dirigi à prefeitura pedindo o espaço. Foi onde eu estava preenchendo os requerimentos e o chefe da fiscalização falou: ‘não, ele não precisa preencher, não. Que ele é natural de Barra Mansa, ele nasceu aqui e ele está vendendo coisas que ele fez, ele é o próprio autor, então ele não está vendendo pra ninguém e nem tem concorrente, porque aqui não tem livraria, então não tem nada concorrente comerciante.

Novamente, consegui colocar em circulação valores de diversas ordens, mercantis e de cidadania (Schwartz, 2004) para vender seus livros.

Outra participante, Feliciano, dizia precisar fazer um esforço enorme para colocar-se em atividade. A família a autorizava somente a fazer “um pouquinho”: “Eu ajudo um pouquinho, eu limpo, tiro a poeira, lavo o banheiro, a minha roupa sou eu mesma que lavo e que cuido”. Dizia gostar de cozinhar e “de dar faxina e quando vai limpar, limpar tudo”, mas sua mãe raramente deixava que ela o fizesse, tendo o TMG e o estigma que o acompanha colaborado para o não reconhecimento de sua capacidade produtiva (Leonardis, Mauri & Rotelli, 1995), como aparece no diálogo:

Pesquisador – O que você acha bonito nessa profissão, o que te chama atenção?

Feliciano – O jeito dos alunos, eles aprendem, ficam tão felizes que eu fico imaginando assim, uma pessoa que dá aulas desde a 1^o série até a 4^o série, é uma coisa muito boa, né? Que passa pela vida da pessoa. A gente aprende com as crianças e passa o que a gente sabe também, né?

Alguém que fica feliz com a felicidade do outro, dos alunos, que considera bonito passar pela vida das pessoas, que sabe que se aprende com as crianças... Feliciano revela tanto sentido nesta profissão que indica ter a possibilidade de poder tornar-se ótima professora.

No entanto, para ela, realizar um trabalho que não seja acompanhado de prazer seria algo próximo do impossível, desencadeando processos patológicos:

Feliciano – É, e no supermercado XX eu trabalhei 6 meses.

Pesquisador – E você falou que saiu porque começou a passar mal?

Feliciano – É.

Pesquisador – E o que você sentia na época?

Feliciano – Ah, o estômago começou a embrulhar e me dar muita náusea, eu sentia muito mal e não continuei a trabalhar.

Da mesma forma que Robson não separa uma coisa da outra, “tá trabalhando e tá com os colegas”, segundo ela a articulação prazer e trabalho revelava-se algo inseparável. Trabalho sem prazer daria náusea, mal estar, impossível continuar. Produção e expressão revelam-se indissociáveis, de modo que a produção sem a companhia de prazer tende a potencializar o sofrimento patológico e a fragilidade psicossomática.

Ter grande facilidade de conciliar trabalho e prazer e, ao mesmo tempo, enorme dificuldade em conjugar trabalho e desprazer mostrou-se também característica de outra participante. Marlene relatou que trabalhava com artes, tendo chegado a participar de festival regional de música. Frente às dificuldades encontradas no campo profissional da música,

ela disse que tentava fazer usos de si (Schwartz, 2007) para construir outros caminhos. Foi trabalhar no escritório de uma construtora, no Departamento de Recursos Humanos. Com relação a este período, ela disse: “quando chegava a última semana do mês eu entrava na quinta e só saía no domingo, eu trabalhava direto. (...) Pra mim, é normal (...) porque sou acostumada a virar a noite em barzinho...”.

No entanto, diante de um ritmo de trabalho tão intensificado, não suportou e os transtornos emergiram: “Comecei a trabalhar nesse ritmo e chegou uma certa época que eu não aguentei mais, aí comecei a perder o sono, aí acelerei”. Por ocasião do festival de música, ela já havia trabalhado muito e não tendo recebido o prêmio de primeiro lugar, não se sentira reconhecida como gostaria. No trabalho do escritório disse que trabalhou muito e também não se sentiu reconhecida, nem “teve paciência para ficar esperando isso acontecer”: “eu tenho dificuldades de trabalhar em escritório. Particularmente, eu já trabalhei muito tempo em escritório. Eu não tenho paciência pra ficar esperando, (...) pra esperar que eu seja reconhecida naquilo”. A falta do reconhecimento que esperava no campo da música e o que vivia como monotonia do trabalho em escritório formaram um quadro com o qual ela não conseguiu manter o exercício de sua normatividade e adoeceu.

Com relação ao *ajudar em casa*, esta ajuda segundo ela tinha sido, sobretudo, em nível do trabalho doméstico:

Marlene – minha mãe tem 70 anos e não suporta empregada dentro de casa e adivinha quem tem que fazer? Eu. E eu não suporto. Eu gosto de cozinhar, mas não todo dia. Eu gosto de passar roupa. Só que limpar a casa, lavar banheiro, arrumar cozinha, isso tudo.

Sabe-se que o trabalho doméstico, associado à reprodução dos humanos, é algo majoritariamente delegado às mulheres (Combes & Haicault, 1986), de forma que no caso de Marlene, realizar o trabalho doméstico sendo algo atribuído a ela, mesmo que não o suportando, como ela aponta, certamente não colaborou para manter-se no campo da normalidade. Tratava-se aqui de uma encruzilhada, para ela e os demais participantes da pesquisa: o trabalho tem papel fundamental no incremento e manutenção de sua saúde, de manutenção no campo da normalidade, mas quando acompanhado de intenso desprazer, aumenta a chance de adoecer. Para eles, portanto, supostamente mais que para as outras pessoas, a associação trabalho e desprazer, que pode ter sempre seus efeitos patológicos, parece ter sua carga deletéria muito mais acentuada.

Outra participante, Alice, acentuava que, para ela, associar trabalho e prazer seria imprescindível, quando diz: “Crochê é uma coisa, né? Agora esse negócio de casa, tirar pó, fazer comida, isso não. Serviço de casa eu não gosto de fazer, não”. Não referia que não conseguia ou não fazia, mas deixava claro que não gostava:

Pesquisador – Qual é o prazer pra senhora de fazer o crochê?

Alice – Eu faço, mas não sei... prazer... assim, eu faço pra distrair assim.

Pesquisador – Então o crochê pra senhora, pessoalmente, é uma distração, para passar o tempo.

Alice – É e acaba que eu vendo alguns também.

Mas, como pontuamos, os TMGs e alguns tratamentos a ele associados, com grande caráter iatrogênico, podem ter

um grande efeito na redução da capacidade de trabalhar das pessoas. É o que aparece na fala de outra participante, Márcia, muito crítica com relação à sua capacidade, afirmando que para si os tratamentos medicamentosos foram destrutivos: “se fosse agora, eu teria que voltar pro Mobral. Os remédios queimaram meu cérebro”.

Ao dizer que nos hospícios tomou choque elétrico na cabeça, perguntada sobre como fora essa experiência, ela respondeu que não gostava de falar disso. Apesar dos choques, ela conta que o que queimou seu cérebro não foram os choques, mas os remédios... que ela toma ainda hoje: “tentei trabalhar como empregada doméstica, mas fui logo demitida, porque eu não sabia fazer nada”. Apesar de ter sido demitida “porque eu não sabia fazer nada”, vendia balas no centro da cidade.

Disse que inicialmente ela andava por lugares onde circulava muita gente, buscando vender suas balas. Um dia deu-se conta que havia um lugar onde ela poderia ficar parada, com suas balas à vista dos potenciais fregueses, sem precisar andar e sem precisar abordar as pessoas. Próximo à rodoviária de Barra Mansa situa-se um ponto de ônibus que funciona como final e inicial da maioria das linhas de ônibus municipais, de modo que ali sempre tem um grande número de pessoas, que ficam paradas, esperando seu ônibus em um período de tempo às vezes longo. Ao perceber isso, Márcia tomou importantes decisões quanto a seu trabalho, revelando sua capacidade de gestão, passando a vender suas balas neste lugar: assim cansava-se menos e estava sempre próxima de possíveis clientes. Apesar dos remédios terem “queimado o cérebro”, foi capaz de grande astúcia para entender que poderia alcançar eficácia de maneira mais eficiente, com menos esforços.

Na ocasião em que tivemos nossa *Conversa*, entretanto, ela não estava vendendo balas. O pai estava doente, de modo

que ela ficava em casa cuidando dele: em função de uma necessidade de cuidado familiar, deixou temporariamente o trabalho remunerado pelo trabalho doméstico e de cuidados, via de regra deixado às mulheres (Combes & Haicault, 1986), não reconhecido e não remunerado.

CONCLUSÃO E OS POSSÍVEIS QUE ADVÊM

Por mais qualificadas que sejam as equipes dos CAPS, o trabalho dos *usuários/pacientes* ainda está atrelado e limitado ao que é colocado na rubrica do oficineiro e do psicoterapêutico. Outrora estivemos presos aos hospícios (muita gente ainda é trancafiada lá), hoje que mentalidade nos mantém prisioneiros e carcereiros (mesmo que no sentido simbólico)?

O ponto de vista da atividade humana permite-nos saber que ao lado de um primeiro registro, o das normas antecedentes, um segundo registro está sempre em ação, renormatizando. Opera-se na vida (no trabalho), mesmo que no ínfimo movimento que se insinua, algo de novo, singular. O trabalho, ali onde ele se apresenta como “normal” – onde até as imperfeições parecem perfeitas – ao se introduzir uma diferença, uma possibilidade mental e gravemente transtornada, pode vir a estalar em sua solidez, abrindo-se para o novo.

No entanto, a história recente (como na segunda Guerra Mundial) mostra que situações inesperadas trouxeram para estes mundos do trabalho pessoas consideradas inaptas para o trabalho, como as mulheres, os muito jovens e velhos (por exemplo, na Inglaterra, o que foi estudado e incorporado de forma fecunda pela chamada Abordagem Sócio-Técnica), os loucos (como no estudo de Le Guillant na França, de grande

impacto para ele enquanto psiquiatra que valorizava o Hospital, e para a psicopatologia social e do trabalho).

Vimos nessa pesquisa que aquelas pessoas com TMG conseguiam, muitas vezes de forma não visibilizada, trabalhar, seja no mercado formal ou informal, seja no trabalho doméstico. Assim, perguntamos: em que medida os trabalhos que os usuários-pacientes realizam nos CAPS têm se colocado, de fato, como lugar de dramáticas de usos de si (Schwartz, 1987) que contribuem para que aquela pessoa com TMG tenha espaço para o exercício da sua capacidade normativa? De que forma tais trabalhos permitem àquelas pessoas enfrentar suas dificuldades e desenvolver sua capacidade ao mesmo tempo produtiva e expressiva e (re)crie seu meio de trabalho e vida segundo suas próprias normas? O quanto as experiências de trabalho propiciadas no interior do que foi instituído nas Unidades de Saúde Mental têm sido ocasião de reprodução de uma relação técnico / usuário baseada na submissão, na pura tutela? Se no trabalho mesmo a pessoa com transtorno mental grave pode renormatizar, contribuindo para a redução do preconceito segundo o qual ela é avessa e incapaz, será que as iniciativas que a Reforma Psiquiátrica tem criado são locais de produção de produtos/serviços de qualidade e desenvolvimento pessoal (pessoal, profissional) dos usuários-trabalhadores?

A atividade de uma pessoa com TMG é frequentemente colocada em tensão com o preconceito que apregoa sua incapacidade produtiva, como mostram diversos exemplos relatados pelos participantes da pesquisa empírica. Como na fala de Robson: “eles veem a gente andando com as pessoas do CAPS e não chamam pra trabalhar. Tentei na D. pneus, ali atrás, o gerente é meu amigo, trabalhei com ele. Acho que ele não me chama por causa de preconceito mesmo”.

Elas sabem, no entanto, que além do preconceito, os próprios TMG muitas vezes atrapalham sim a realização das atividades de trabalho, como exemplifica Olavo: “Eu gostava muito de trabalhar, mas meus superiores falaram que eu ficava falando muito uma coisa só. Cismava que tinha um grupo de pessoas atrás daquela árvore ali e todo dia falava a mesma coisa e gostava de correr”.

Talvez tudo isso aponte para a necessária constituição de um outro mercado de trabalho, em que os contratantes do *serviço* (e não de uma força de trabalho) de um(a) trabalhador(a) com TMG *estejam* competentes para a grandeza de estabelecer uma relação de serviço (ou seja, para *entrar* neste tipo de relação) com um humano que vive, naquele momento, aquelas trágicas circunstâncias.

Compreender a atividade de trabalho das pessoas com TMG (o que buscamos a partir do que dizem do que fazem e do que fazem com o que dizem) pode oferecer reservas de alternativas para se pensar formas de trabalhar daqueles que se encontram no campo da normalidade, descobrir condições e formas de organização do trabalho que viabilizem ganhos de qualidade e produtividade, sem, no entanto, desconsiderar aspectos de saúde e de desenvolvimento humanos.

O quanto essas pessoas buscam e conseguem trabalhar – apesar de todas as dificuldades, dados os seus TMGs, dados os impedimentos que a sociedade contemporânea mantém e atualiza – valendo-se para isso muitas vezes da capacidade de mobilizar redes por vezes precárias, nos ensina. Por exemplo, que os meios de trabalho podem ser mais saudáveis, ao mesmo tempo que garantindo produtividade & qualidade à altura das exigências da vida societária quando se estabelece clima de cooperação, mais que de competitividade, algo que é valorizado quando se pensa em termos de relação de serviço (Zarifian,

2001), mas que se encontra ainda com pouca frequência no trabalho mercantil.

O trabalho enquanto criação, arte, assim como o julgamento estético no trabalho aparece de forma permanente. Por outro lado, o trabalho que não se viabiliza enquanto prazer – fonte de sofrimento patogênico para todos os humanos – parece tornar-se particularmente sofrido demais para elas: Feliciano não consegue ficar no supermercado, Alice não gosta do trabalho doméstico, Marlene acaba saindo dos escritórios onde começa a trabalhar.

Sabemos o quanto novas formas de atenção psicossocial, como os CAPS, representam grande avanço na estruturação dos serviços de saúde mental no Brasil. Não obstante, enquanto não estiverem abertos para uma compreensão da capacidade de vida e produção de seus usuários, acabarão por impor muitos limites àquelas pessoas, não se colocando suficientemente à altura de seu desafio de facilitar o desenvolvimento e autonomia dos usuários.

REFERÊNCIAS

Amarante, P.D. (1982). *Psiquiatria Social e colônia de alienados no Brasil (1830-1920)*. (Dissertação Mestrado em Medicina Social não publicada). Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Athayde, M. (1996). *Coletivos de trabalho e modernização: questões para a Engenharia de Produção*. (Tese de Doutorado em Engenharia de Produção não publicada), COPPE / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Bakhtin, M. (2011). *Estética da criação verbal*. São. Paulo: Martins Fontes.

Basaglia, F. (1977). Qu'est-ce que la psychiatrie ? In: Basaglia, F. (Org.). *Qu'est-ce que la psychiatrie?* (p. 13-26). Paris: PUF.

Canguilhem, G. (2001). Meio e normas do homem no trabalho. *Pro-posições*, 12 (2-3): 109-121.

Canguilhem, G. (1999). *Le normal et le Pathologique*. Paris: Quadrige / PUF, 8ª ed.

Caponi, S. Georges. (1997). Canguilhem y el Estatuto Epistemológico del Concepto de Salude. *História, Ciências e Saúde*, 4(2), p. 287-307.

Combes, D. & Haicault, M. (1986). Produção e reprodução. Relações sociais de sexo e de classes In: A. Kartchevsky-bulport; D. Combes; H. Le Doaré; H. Hirata; D. Kergoat; F. Hakiki-Tlahite; D. Chabaud; D. Fougeyrollas-Schwebel; E. S. Lobo; J. Humphrey; L. Gitahy; R. Moysés; D. Ronci; M. Pacifico; A. Borzeix; M. Maruani; B. Beccalli (Orgs.). *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Foucault, M. (1987). *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva. (2ª edição). Original de 1961.

Leonardis, O., Mauri, D. & Rotelli, F. (1995). *La empresa social*. Buenos Aires: Nueva Visión.

Oddone, I.; Re, A.; Briante, G. (1981). *Redécouvrir l'expérience ouvrière*. Paris: Messidor.

Schwartz, Y. (2000). Conclusion générale. Ergologue, est-ce um métier ? In : Schwartz, Y. *Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe*. Toulouse: Octarès.

Schwartz, Y. (2000). Peut-on parler "en general" de l'activité de travail? In: Schwartz, Y. *Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe*. Toulouse : Octarès.

Schwartz, Y. (2010a). A dimensão coletiva do trabalho e as Entidades Coletivas Relativamente Pertinentes (ECRP). In: Schwartz, Y.; Durrive, L. (Orgs.). *Trabalho e Ergologia: conversas sobre atividade humana*. 2ª ed. Revista e ampliada. Niterói: Eduff, p. 149-164.

Schwartz, Y. (2010b). Trabalho e uso de si. In Y. Schwartz; L. Durrive (Orgs.). (2010). *Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: EdUFF, p. 191-206.

Schwartz, Y. (2004). Trabalho e gestão: níveis, critérios, instâncias. In: Figueiredo, M.; Athayde, M.; Brito, J.; Alvarez, D (org.). (2004). *Labirintos do Trabalho*. Rio de Janeiro: DP&A.

Schwartz, Y. (1992). Travail et usage de soi. In: Schwartz, Y. (Org.) *Travail et Philosophie: convocations mutuelles*. Toulouse: Octarès, p. 43-66.

Schwartz, Y. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. *Trabalho, Educação e Saúde*, 9(Suppl. 1), 19-45. (2011). Recuperado em julho 31, 2014, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462011000400002&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S1981-77462011000400002.

Schwartz, Y. & Durrive, L. (2010). *Trabalho e Ergologia: conversas sobre atividade humana*. Niterói: Eduff.

Silva, J. P. L.; Coutinho, e. S. F. & Amarante, P. D. (1999). Perfil demográfico e socioeconômico da população de internos dos hospitais psiquiátricos da cidade do Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*, 15, p. 505-51.

Sousa, I.D.S. (2001). *A primeira reforma psiquiátrica: uma história do tratamento moral*. (Dissertação de Mestrado em Medicina Social não publicada). Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Tambellini, A.M. (1976). *Contribuição à análise epidemiológica dos acidentes de trânsito*. (Tese de Doutorado não publicada) Departamento de Medicina Social, UNICAMP, Campinas.

Zarifian, P. (2001). Mutações dos sistemas produtivos e competências profissionais: a produção industrial de serviço. In M. Salerno (Org.). *Relação de serviço: produção e avaliação*. São Paulo, Ed. SENAC.

Zusman, J. A. (1999). Mitos e Manicômios. *Cadernos do IPUB*, 14, 59-66.

CAPÍTULO 7

Jovens em comunidade de baixa renda e a construção do projeto de vida e trabalho

Maria de Fátima Fernandes Martins Catão

Isadora Ascitti Moura

Ana Caroline Marques de Sousa

Nas comunidades de baixa renda, é vivenciado, continuamente por seus moradores, um sentimento de exclusão, expondo, em especial, os jovens a uma situação de risco frente aos consequentes problemas sociais, como: violência, envolvimento com drogas, escassez de oportunidades de estudo e trabalho, gravidez precoce. O padecimento originado pelo processo de exclusão tem como gênese as condições e relações do vivido, implementadas por um modelo de sociedade e cultura, produtor de consequências graves, na construção do projeto de vida e trabalho dos jovens.

Na Comunidade lócus do estudo em referencia, habitam aproximadamente 420 famílias, perfazendo um total de 1461 habitantes, sendo 741 do sexo feminino e 720 do sexo masculino. A renda mensal média da população varia entre R\$120,00 e R\$800,00. A comunidade teve sua gênese em 1985, quando, durante uma cheia, moradores de uma granja, associados aos movimentos populares da igreja católica, a partir de protestos pacíficos em frente ao Palácio do Planalto, começaram a realizar mutirões para arrecadação de comida, vestimentas, e reivindicar, por moradia. Conseguiram, assim, sensibilizar alguns políticos

que investiram na construção de casa e prestação de assistência básica aos moradores.

Entre os principais problemas sociais enfrentados pela Comunidade, observam-se: o elevado número de desemprego; de alcoólicos que não procuram assistência médica nem social, adolescentes que entram na marginalidade, adolescentes grávidas que abandonam a escolarização, ausência de trabalhos/atividades que preencham o tempo ocioso dos jovens da comunidade, problemas de saneamento básico na população ribeirinha.

Parte da população mundial continua a viver numa situação de pobreza absoluta e mesmo nos países industrializados, a exclusão social cobre uma fatia considerável das suas populações, trata-se de olhar para esta exclusão social, reconhecendo a sua extensão e intensidade, sobretudo, às suas causas mais profundas, que se prendem com o funcionamento do sistema econômico que precisa ser reorientado no sentido de um melhor desenvolvimento humano para todos.

Entende-se que o excluído não existe por si mesmo, ele é uma realidade sempre ligada a outra. Quando se diz que alguém é excluído, deve-se logo perguntar: excluído de quê? excluído de onde? ou: excluído por quem? o ser excluído de algum lugar, implica que exista esse outro lugar. Situa-se, assim, a questão excluído/incluído numa relação dialética de negação/superação, na qual o excluído é o afastado, o desviado, o retirado e o inserido, o envolvido, o assimilado, o abrangido.

Construir o projeto de vida e trabalho num contexto de exclusão requer reflexões sobre as contradições dessa realidade, tomando-se como referência as próprias diferenças que dão completude e compreensão global ao mundo e as coisas. Ancorado neste contexto de exclusão/inclusão e de construção do projeto de vida e trabalho de jovens em comunidade de baixa

renda, define-se o recorte temporal espacial deste estudo, que tem na objetivação da interface entre o passado, presente e futuro a base de construção dos significados do projeto de vida.

O jovem, como todo ser humano, é um ser psicossócio-historicamente construído, produto e produtor da sociedade, criatura e criador, que faz escolhas, orientado pela ética e movido por seus afetos. Ele desse modo, se humaniza/desumaniza, forma sua consciência, mediada pelos significados a respeito do mundo e das intersubjetividades vivenciadas, que provocam transformações na sua mente e no seu corpo.

Tem-se, por objetivo, neste estudo, descrever e refletir sobre os significados da construção do projeto de vida e trabalho por jovens em comunidade de baixa renda. A pesquisa em epígrafe tem relevância social e científica, por tratar da problemática da construção do projeto de vida e trabalho de jovens em contexto de exclusão e em situação de sofrimento ético político (Sawaia, 2006).

Este mesmo estudo está vinculado ao NEIDH – Núcleo de Estudos Psicossociais da Exclusão/Inclusão Social e Direitos Humanos. Trata-se de um subprojeto do projeto de pesquisa e intervenção intitulado SEOP– Serviço de Escuta e de Orientação Psicossocial: Projeto de Vida e Trabalho, realizado por esse Núcleo junto a populações em processo de exclusão/inclusão.

DA CONSTRUÇÃO PROJETO DE VIDA E TRABALHO À CONFIGURAÇÃO DOS JOVENS EM CONTEXTO DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO

O ser humano configura-se socio-historicamente, como um ser ativo, social, histórico, consciente, transformador, ético, responsável, que tem projetos é criatura e criador, um indivíduo

ao mesmo tempo, protagonista da sua história e da história social (Catão, 2007, 2011). O ser humano se produz na história que constrói por meio dos afetos, e, dessa construção configura-se o psiquismo humano, seus significados e sua consciência. Na medida em que o indivíduo age no ambiente, ele promove modificações, tanto nesse ambiente, quanto em si próprio, através de seu comportamento (Luria, 1990; Leontiev, 1978; Vigotski, 1999, 2003, 2004, 2010).

São diversas as significações do trabalho como configuração do projeto de vida: enquanto atividade prazerosa de configuração de si e do cotidiano vivido, o ser humano se realiza como sujeito e ser social; humaniza-se, motiva-se, empenha-se. O trabalho faz o ser humano idealizar e desejar que o resultado de sua atividade manifeste-se como conhecimento concreto e em cooperação social, pois o homem se vê interagindo com o meio e com o outro. A produção e a reprodução da vida humana realizam-se pelo trabalho como mediador entre o indivíduo e a natureza, como indispensável à constituição do sujeito em sua condição de realização do ser e do vir a ser (Marx, 1984), ponto de partida do processo de humanização.

Fernandez (1989), Antunes (2003, 2004, 2009), inspirados em Marx (1984), acima citado, refletem que, com a implementação do modelo capitalista de produção e a configuração de uma cultura utilitarista e mecanicista, ao longo do século XX, o significado do trabalho deixou de ser objetivação do sujeito no meio, como forma de se firmar como ser humano, que planeja suas atividades para depois realizá-las como possuidor de sua produção, para vir a ser, uma forma de satisfação de necessidades através do consumo. O trabalho perdeu sua satisfação intrínseca, na mesma medida em que o trabalhador não se reconhece mais no que faz, dando lugar a um estranhamento sentido nas sociedades pós-modernas (Antunes, 2003, 2004, 2009).

É concebida uma estreita relação entre projeto de vida, trabalho e identidade pessoal. Pode-se dizer que a noção de projeto de vida/trabalho/identidade é inseparável da noção de pertença social e cultural. A visão de mundo dá sentido à construção do Projeto de Vida e é no horizonte das relações com os outros, com as coisas, com a natureza, com o passado e com o futuro que o ser humano se faz, se objetiva, se constitui numa identidade (Catão, 2001, 2007).

Falar do jovem e de seu projeto de vida pressupõe falar de trabalho, já que é nele que o ser humano se constitui e se realiza enquanto sujeito no mundo. A história da realização do ser social objetiva-se através da produção e reprodução da sua existência, ato social que se efetiva pelo trabalho.

Segundo Antunes (2003), o trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto de determinadas finalidades e de determinados meios, o que remete a uma dimensão fundamental da subjetividade do ser. Sendo assim, o ser humano se objetiva, enquanto ser social, pelo trabalho quando tem o poder de planejar suas atividades e colocar finalidades para aquilo que faz. O trabalho, então, é uma realização de finalidades colocadas em que o ser humano observa-se humanizado.

Nesse sentido reflete-se que a não aquisição de um lugar social, objetivado pelo projeto de vida e trabalho, coloca o ser humano em situação de perda de identidade e de apartação social. Concebe-se a relação trabalho e exclusão social numa visão dialética de construção/desconstrução e manutenção/transformação do indivíduo e da sociedade.

A forma de exclusão mais presente nas sociedades contemporâneas é aquela representada pela dificuldade temporal ou prolongada de acesso ao mundo do trabalho. É interessante refletir que ter ou não ter trabalho é uma diferenciação social

e de criação de ideias ou de projetos de vida comuns. Ter ou não ter trabalho é um diferencial que configura, no processo de exclusão/inclusão social, a possibilidade ou não de acesso a determinados sistemas de oportunidade.

A não aquisição de um lugar social objetivada pelo projeto de vida e trabalho, sobrepõe-se a todas as outras coisas, a começar pelo perfil identitário que ela impõe, apresentando-se como uma constante entre a exclusão e a produção de uma identidade negativa, uma “inutilidade no mundo”, expressando-se como uma categoria particular de normas que são as normas identitárias que servem como resposta à questão “*quem sou eu?*”. Entende-se ser este o papel maior do trabalho: oferecer uma identidade ao indivíduo, enquanto mediador entre indivíduo e sociedade.

Compreende-se a identidade como categoria relacional, intrinsecamente ligada a uma sucessão de espaços e posições sociais, psicossócio-historicamente construídas, compreendida como um processo de construção da definição do eu, do projeto e história de vida de cada um.

Sendo a identidade socialmente produzida, a sociedade confere aos jovens excluídos uma identidade com base na situação de exclusão/inclusão que ela implementa. Uma das condições fundamentais da construção identitária é o acesso à dignidade, a compreensão das formas objetivas de exclusão e os significados que a acompanham.

Esse enfoque apresenta a realização pessoal, também social, como concepção do trabalho, a partir de uma perspectiva de vocação, explicada pelas características individuais, ou seja, como se a realização pessoal fosse responsabilidade única do indivíduo, atrelando-a as suas características individuais, isentando, assim, a sociedade, o Estado, o modelo social, as organizações de trabalho de sua responsabilidade no processo de

exclusão/inclusão social, no sentido de promover as condições necessárias ao indivíduo, para que ele possa construir o seu projeto de vida e trabalho de forma a favorecer a sua realização pessoal com cidadão de fato e de direito.

Falar sobre a construção do projeto de vida e trabalho em contexto de exclusão/inclusão social, é falar da emoção e da consciência do vivido, o que se remete à reflexão dos desejos, da ética, do sofrimento, da felicidade, das carências, sem deixar de serem questionados, assuntos referentes ao poder econômico e aos direitos sociais (Catão, 2007, 2011; Lane & Sawaia, 2006; Sawaia, 2006).

MÉTODO

Pesquisa de tipo etnográfica que baseia suas conclusões nas descrições do real cultural que lhe interessa para tirar delas os significados que têm para as pessoas que pertencem a essa realidade (Trivinos, 1987).

PARTICIPANTES

A pesquisa foi realizada na Comunidade São Rafael, localizada no Nordeste do Brasil. A Comunidade conta aproximadamente com 420 famílias, com um total de 1461 pessoas, sendo 741 do sexo feminino e 720 do sexo masculino. Participaram deste estudo 30 jovens dos sexos masculinos e femininos em situação de exclusão, com faixa etária entre 13 e 17 anos. Destes, 53,3% são do sexo feminino e 46,6% do sexo masculino, 56,6% têm escolaridade de 3º a 9º ano e 43,3% estão no 2º Grau. A maioria dos jovens são solteiros, 90% e 10% casados, com renda familiar média de um salário mínimo a 4

salários mínimos. Com relação à quantidade de pessoas com as quais residem, 23,3% mora com uma a duas pessoas e 76,6% com três a cinco pessoas. Nenhum dos jovens mora sozinho.

PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Realizou-se mapeamento psicossocial da comunidade; aplicaram-se questionários de identificação de variáveis sócio-demográficas e entrevistas semiestruturadas, para captura do problema em estudo, com as seguintes questões indutoras: Como você vê o mundo? - Quando falo trabalho, o que lhe vem? - Quando falo Projeto de Vida, o que lhe vem?

PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

As falas foram transcritas e organizadas em corpus para a análise de conteúdo categorial temática (Bardin,1977, Catão 2001) realizada com apoio do software ALCESTE - Analyse de Lexèmes Concurrents dans les Énoncés Simples d'un Texte / Análise Lexical Contextual de um Conjunto de Segmentos de Texto (Catão, 2001; Reinert,1990), com o intuito de conhecer e analisar os discursos que circulam acerca dos jovens em comunidade de baixa renda: projeto de vida e trabalho. O ALCESTE desenvolvido por Max Reiner é um software para análises de dados textuais que classifica o texto em função de ocorrências simultâneas do vocabulário. O arquivo textual devidamente formatado é inserido no programa que gera uma análise. Obtêm-se: classes constituídas por Unidades de Contextos Elementares (UCEs), a importância de cada palavra dentro de cada classe dada em percentual e o grau de correlação dessas palavras com as outras classes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os significados sobre projeto de vida e trabalho configurados por jovens em comunidade de baixa renda com base no material coletado pelas entrevistas, foram capturados em dois eixos temáticos: Mundo excludente e desejo de transformação com 46 UCE's (unidades de contexto elementar) presentes em 31,94% das falas; Subsistência material versus missão social e realização pessoal, o eixo temático mais expresso pelos jovens com 98 UCE's perfazendo 68,05% das falas- como apresentado na Tabela 1.

Este estudo pôde dar ênfase não somente à construção dos significados do projeto de vida e trabalho, como também, proporcionou aos participantes um momento de reflexão sobre tal construção. Visualizou-se esta reflexão na medida em que a construção do significado se entrelaçava ao mundo vivido daqueles indivíduos, de forma que, o projeto de vida e trabalho não se configurava mais como algo externo, mas, sim, como parte de sua história.

Tabela 1

Distribuição das Unidades de Contexto elementar (UCE) dos significados da construção do projeto de vida e trabalho por jovens em comunidade de baixa renda capturados pela entrevista

Configurações da construção do projeto de vida e trabalho	UCE	
	N	%
Mundo excludente e desejo de transformação	46	31,94
Subsistência material versus missão social e realização	98	68,05
Total	144	100%

O projeto de vida e trabalho como subsistência material versus missão social e realização pessoal

O significado do projeto de vida e trabalho é refletido pelos jovens como sustentar-se para, a partir de então, realizar seus projetos. Eles não colocam o trabalho em seus projetos de vida como forma de realização pessoal e também não reconhecem nele uma missão social. Trabalhar é ter dinheiro para planejar o que ter, é ganhar bem para ajudar a mãe, é para sustentar a família, como também, ajudar muita gente, mas não se sabe como.

Algumas falas capturadas nesse eixo temático são explicitadas a seguir:

“a gente não pode planejar nada sem trabalhar. Como é que a gente pode ter alguma coisa se não tem dinheiro? (sexo feminino; 14 anos); “trabalho bom, que eu possa ganhar bem, que eu ajude minha mãe, penso em ser professora de educação física, mas o salário é muito pouco.”(Sexo feminino; 16 anos); “Trabalho é legal porque ganha o dinheiro para poder sustentar a família.” (Sexo feminino; 14 anos); “ numa casa bem grande, com minha família formada”. (Sexo feminino; 15 anos).

Esses significados construídos sobre o projeto de vida e trabalho podem ser analisados sob a ótica da exclusão/inclusão social e do contexto social em que se inserem esses jovens. Eles, numa situação de exclusão, são expostos muito cedo a situações de trabalho, já que é fonte necessária de subsistência da família. Sendo assim, o trabalho é troca diária por bens de consumo e, muitas vezes, o modelo profissional a que os jovens recorrem, quando não ocorre uma identificação com cargos de baixa qualificação, passa pela oposição aos modelos familiares,

dada à impossibilidade de ascensão social e de melhoria das condições concretas de vida.

O trabalho infantil tem sido valorizado pelos adultos, familiares, pois basicamente evitaria a captação de recursos via delinquência. Esse trabalho também é fonte necessária de recursos para a subsistência da família. Considerando-se como cultura circulante, o trabalho é visualizado por esses jovens como troca diária por bens de primeira necessidade; não havendo a percepção do trabalho como ação humana de transformação do meio e como fonte de satisfação e de realização pessoal.

O nível de informação sobre as profissões do mercado de trabalho é mínimo. Verifica-se, em geral, que esses jovens idealizam profissões distantes das experiências concretas, ou identificam um futuro ligado às profissões que exigem menor qualificação, adequando-se ao esperado para a classe social da qual provêm.

No processo da entrevista foi provocado pelo pesquisador junto aos jovens, alguns momentos de reflexão/discussão sobre: o processo de entrada no mundo do trabalho formal, sobre as ligações indivíduo/contexto social, sobre construção de projetos e meios.

Os jovens, expressaram significados e teorizações sobre as ligações indivíduo/contexto social, projetos/meios, indicando uma tensão entre conhecimento construído e sonho, sendo esse conhecimento a negação de limites concretos, seja nas limitações da escolaridade e recursos financeiros, seja em relação aos esforços possíveis para um futuro imaginado e desejado, seja na própria reflexão sobre a gênese das exclusões vivenciadas.

Os jovens não refletem um significado de projeto de vida e trabalho, mas apenas dizem onde gostariam de estar no futuro, sem refletir o que é possível e como é possível ou não

conseguir. Eles querem: estudar para depois casar-se, trabalhar num escritório, ajudar financeiramente a família; desejam uma casa bem grande; ter uma vida feliz, sem violência, com segurança. O trabalho aparece na construção desses projetos como: trabalhar em algo que goste, formar-se em jornalismo, medicina ou ser professor de educação física, contanto que o salário seja bom.

PROJETO DE VIDA E TRABALHO COMO MUNDO EXCLUDENTE E DESEJO DE TRANSFORMAÇÃO

Nas falas analisadas no que se refere a esse eixo temático, captura-se que os jovens expressam uma falta de confiança na humanidade: “esta humanidade é ruim, não tem mais jeito, tem gente usando drogas, matando e roubando” (17 anos; sexo masculino) No entanto, vendo essa humanidade, os jovens têm vontade de mudá-la, de agir para transformá-la, transformando-a numa humanidade nova.

“Eu fazia uma humanidade nova, Essa de hoje não tem jeito mais não” (Sexo masculino; 17 anos); “O mundo uma maravilha, sem briga, sem droga, sem morte”. (Sexo masculino; 16 anos); , “ajudando ao próximo, trabalhando numa coisa que eu goste” (Sexo masculino; 14 anos); “Trabalhando como uma médica” (Sexo feminino; 16 anos); “ muita morte, muita droga, rebeldia com os pais, maus caminhos (Sexo masculino; 17 anos); “Violento, morto, e com muitas crianças nas drogas”(sexo feminino, 15 anos); “ Eu gosto desse mundo e ao mesmo tempo não gosto porque tem droga e violência” (Sexo feminino; 16 anos); “difícil de viver, existem muitas pessoas ruins no mundo, marginal

e bandido. (Sexo feminino; 17 anos).” trabalho podia ajudar muita gente, não sei como”(sexo masculino; 15 anos) Ter uma vida feliz, ter uma vida sem violência, ter uma vida com segurança”(sexo feminino; 16 anos).

Pode-se, perceber nas falas, sentimentos de tristeza diante do andamento que as pessoas estão dando ao mundo, à sociedade: “O mundo é triste viu. É muito violento” (sexo feminino; 15 anos). A questão da exclusão/inclusão, no momento em que este ser humano percebe a violência do mundo, as injustiças sociais, e, simplesmente não se sente apto a provocar alguma mudança neste quadro, recolhendo-se ao medo da exclusão e da violência. Na maioria das falas, observa-se esta postura de passividade, mas, ao mesmo tempo uma expressão de vontade que tudo isso se transforme, mas não sabe como.

Verifica-se também a possibilidade da construção de jovens que poderiam estar sendo ativos, poderiam estar provocando mudanças no meio em que vivem, mas que de alguma maneira é barrado, é diminuído à sua condição de excluído. Será que é essa postura que os jovens de hoje deveriam ter? Quando paramos para refletir, pensamos: Como podemos querer continuar entrelaçados em um tecido social que exclui e amedronta, que limita as possibilidades de construção de projeto de vida e trabalho das gerações atuais e futuras? E o que pode ser feito para mudar esse panorama?

Os afetos e significados capturados na análise das falas dos jovens têm uma gênese social (Lane & Sawaia, 2006; Sawaia, 2006), a exclusão social vivida no dia-a-dia configura-se na dialética entre significados de si e significados de mundo e resulta em afetos e sentimentos, que constituem a implicação dos jovens com suas realidades. As falas aqui identificadas

configuram um desejo de distância do mundo vivido e constrói um significado de exclusão longe dessa realidade, não refletindo sobre ela.

Uma forma de intervir na realidade relatada e sentida pelos jovens da própria comunidade pode ser construída a partir de programas que realmente visem à inclusão social por meio de profissionalizações que encaminhem os jovens para oportunidades de trabalho concretas, assim como de grupos temáticos que os levem a analisar a si e o mundo vivido, aos fatos naturalizados, às posturas descompromissadas com a ética. Segundo Catão (2005), as implicações da problemática da exclusão social, de direitos humanos e cidadania colocam-se como categorias de intervenção pública.

A práxis social, como expressa por Sawaia (2006), deve preocupar-se com o fortalecimento da legitimidade social de cada um pelo exercício da legitimidade individual, alimentando bons encontros com profundidade emocional e continuidade de tempo, atuando no presente.

É importante que haja uma intervenção no sentido de levá-los a refletir e despertar para si mesmos como agentes de mudança, que podem e devem reivindicar os direitos que têm como cidadãos e os da comunidade, e estimular o mesmo dos outros moradores. Já que é pela internalização progressiva de instrumentos de cooperação que se constrói o pensamento consciente, que transforma e regula as outras funções psíquicas, entre as quais o criar um projeto de vida individual e comunitário (Vigotski, 2004).

Os afetos e significados capturados nas falas dos jovens indicam a necessidade de uma intervenção que os leve a refletirem sobre o vivido, sobre seus desejos para que construam um projeto de vida e trabalho e desenvolvam uma potência de ação orientada para seu desenvolvimento pessoal para escolha

de uma missão social, baseados numa visão real do vivido, de suas necessidades, potencialidades e possibilidades de atuação.

Por fim, deve-se questionar acerca das proposições levantadas por Catão (2005, 2007, 2011) sobre programas de intervenções com políticas públicas nos múltiplos horizontes sociais, tais como familiares, escolares, a fim de que haja uma elaboração sobre quem são os protagonistas sociais e as responsabilidades sociais envolvidas no repertório da exclusão social que apresentam apenas propostas de inclusão após a exclusão, ou seja, propostas que não resguardam os indivíduos das múltiplas consequências decorrentes desses fenômenos.

Os indivíduos são criadores de projetos, o que os leva a participarem de sua cultura, de sua história e a serem sujeitos de si. Caracteriza-se assim, a dialética do subjetivo e do objetivo. Segundo Catão (2001, 2005, 2007), a construção de um projeto de vida e trabalho é a expressão da configuração do ser humano e de sua ação no mundo, enquanto possibilidade de ser ativo e transformador, na relação da determinação das condições de existência do mundo sobre si e da ação de si sobre o mundo.

REFERÊNCIAS

Antunes, R. (2003). Trabalho e estranhamento. In R. Antunes. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (pp.121-134). Campinas: Cortez.

Antunes, R. (2004). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular.

Antunes, R. (2009). *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

- Catão, M.F. (2001). *Projeto de vida em construção na exclusão/Inserção social*. João Pessoa: Universitária, UFPB.
- Catão, M. F. (2005). Exclusão/Inclusão social e Direitos Humanos: delimitação de um conceito e implicações de uma problemática. In G. Tosi (Org.). *Direitos Humanos: história, teoria e prática (pp.321-338)*. João Pessoa: Universitária, UFPB.
- Catão, M. F. (2007). O que pedem as pessoas da vida e o que desejam nela realizar? In: E.C. Krutzen & S. Brazão (Orgs.), *Psicologia social, Psicologia Clínica e Saúde Mental (pp.75-94)*. João Pessoa: Universitária, UFPB.
- Catão, M. F.(2011). O ser humano e problemas sociais: questões de intervenção. *Temas em Psicologia*. 19(2), 459-465.
- Clot, Y.(2006). *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis: Vozes.
- Fernandez, E. M.(1989) O Trabalho atual como forma histórica. In E.M. Fernandez (Org.), *A Face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo (03-31)*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Leontiev, A. N.(1978) *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Luria, A.(1990). *Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais*. São Paulo: Ícone.
- Marx, K. (1984) *O capital*. São Paulo: DICEL.
- Lane, S.T.M & Sawaia, B.B.(2006). *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense.
- Reinert, M.(1990). *Alceste: Une méthodologie d'analyse dès données textuelles et une application*. *Bulletin de Méthodologie Sociologique*, 26(1), 24-54.

Sawaia, B.(2006). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética Exclusão/Inclusão. In B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e ética da desigualdade social* (pp.97-127). Petrópolis: Vozes

Trivinos, A. N. (1987). *Pesquisa Qualitativa*. In A.N. Trivinos (Org.), *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação* (pp.116-173). São Paulo: Atlas.

Vigotski, L.S. (1999). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores* (6^a Ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Vigotski, L. S.(2000). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins fontes

Vigotski, L. S. (2004). *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.

Vigotski, L. S. (2010). *Psicologia pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes.

APRESENTAÇÃO DOS AUTORES

Ana Alayde Werba Saldanha

Professora Associada do Departamento de Psicologia - Universidade Federal da Paraíba. Graduação e Formação em Psicologia pelo Instituto Paraibano de Educação, Especialização em Saúde Coletiva, Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba; Doutorado e Pós-Doutorado em Psicologia pela Universidade de São Paulo.

Ana Caroline Marques de Sousa

Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Estudante de Especialização em Psicologia Cognitiva Comportamental. Atua como assessora de Gestão de Pessoas. Ex-membro do NEIDH- Núcleo de Estudos Psicossociais da Exclusão/Inclusão e Direitos Humanos –UFPB.

Ana Raquel Rosas Torres

Psicóloga, doutora em Psicologia pela University of Kent at Canterbury, Reino Unido.

Andreza S. Silva Ferreira

Psicóloga, mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social- UFPB.

Anísio José da Silva Araújo

Mestre em Administração de Recursos Humanos/UFPB, Doutor em Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz, Pós-doutor em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, membro do colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social UFPB.

Anna Karenyna Guedes de Moraes Lima

Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba com ênfase em psicologia Organizacional e do Trabalho.

Carlos Eduardo Pimentel (Org.)

Doutor em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília. Licenciado em Psicologia, formado em Psicologia e mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. Professor Adjunto I do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba.

Eldo Lima Leite

Psicólogo, mestrando do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social- UFPB.

Elís Amanda Atanázio Silva

Graduada e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Psicologia Cognitivo Comportamental pelo Centro Integrado de Tecnologia e Pesquisa. Doutoranda em Psicologia Social - Universidade Federal da Paraíba, bolsista da CAPES.

Hartmut Günther

Possui graduação em Psicologia pelo Albion College, Michigan, EUA. Realizou mestrado em Psicologia Experimental na Western Michigan University e doutorado em Psicologia Social na University of California at Davis. Atualmente é professor titular da Universidade de Brasília.

Hyalle Abreu Viana

Psicóloga, mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social- UFPB.

Iara Maribondo Albuquerque

Psicóloga, mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social- UFPB.

Isadora Asciutti Moura

Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Especialista em Psicologia Cognitiva Comportamental. Ex-membro do NEIDH- Núcleo de Estudos Psicossociais da Exclusão/Inclusão e Direitos Humanos – UFPB.

Jessika Sonaly Vasconcelos Barbosa

Psicóloga. Mestranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba

Manuella Castelo Branco Pessoa

Psicóloga. Mestre e Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. Pesquisadora do Núcleo Pesquisa e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA) da UFPB.

Maria de Fátima Fernandes Martins Catão

Pós-Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo- USP-SP, com doutorado Sanduiche pelo ISCTE- Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa- Lisboa-Portugal. Professora Associada da Universidade Federal da Paraíba.

Maria de Fatima Pereira Alberto

Professora Associada do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (doutorado e mestrado). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco.

Milton Athayde

Psicólogo, pós-doutorado em Ergologia e em Psicologia do Trabalho, doutor em Engenharia de Produção/Ergonomia, mestre em Educação de Adultos. Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social - UERJ. Pesquisador do CNPq. Procientista Uerj/Faperj.

Paulo César Zambroni-de-Souza

Psicólogo, professor do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social / Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Doutor em Psicologia Social – UERJ, com estágio de doutorado no Departamento de Ergologia da Universidade de Provence, França.

Tâmara Ramalho de Sousa Amorim

Psicóloga. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba. Pesquisadora do Núcleo Pesquisa e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA) da UFPB.

Thaís Augusta Máximo (Org.)

Graduação em Psicologia, Mestrado e Doutorado em Psicologia Social na Universidade Federal da Paraíba. Ênfase em Psicologia Social, Psicologia do Trabalho e Saúde do Trabalhador. Professora Adjunto I do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba.

Zenith Nara Costa Delabrida

Graduação em Psicologia, Mestrado em Psicologia e Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília. Professora Adjunta IV da Universidade Federal de Sergipe. Tem experiência na área de psicologia clínica e psicologia social, com ênfase em psicologia ambiental.

